

# POVO LIVRE

Director: Jorge Manuel Ferraz de Freitas Neto

Periodicidade Semanal

Registo na ERC nº 105690

Propriedade: PSD - Rua de São Caetano, nº 9 1249-087 Lisboa

Actividades da Presidente

## Manuela Ferreira Leite cumprir deveres protocolares relativos aos Presidentes da República da AR e da Comissão Europeia



### Agosto e o “Povo Livre”

Como é estatutário, o “Povo Livre” não se publica no mês de Agosto, pelo que o último número desta série é o do dia 30 de Julho de 2008, retomando-se a publicação na 1ª quarta-feira de Setembro, dia 3.

Chamamos especialmente a atenção das estruturas do PSD para a obrigatoria publicação de convocatórias eleitorais e respectivos prazos

### Destaques

- “Eurobarómetro” da Primavera de 2008

Em “O Estado de Portugal”, segundo a EU

- O Sentido de Chão de Lagoa

Artigo da Opinião da A. J. Jardim

- Governo viola estatuto da Oposição

Em “Actividades do PSD”

Deveres protocolares da Presidência do Partido:

# Cumprimentos oficiais ao PR e ao Presidente da AR

Manuela Ferreira Leite esteve no dia 8, pela primeira vez na qualidade de presidente do PSD, em reunião com o Presidente da República, Cavaco Silva, a quem foi cumprimentar e elucidar da forma como tenciona fazer oposição ao Governo.

A nova presidente do PSD esteve reunida com o Presidente da República durante cerca de 50 minutos, no Palácio de Belém.

No final do encontro, questionada pelos jornalistas se as obras públicas foram um dos assuntos discutidos com Cavaco Silva, Manuela Ferreira Leite escusou-se a revelar o conteúdo da conversa.

“Como é evidente só lhes digo que viemos apresentar, como é tradicional, os cumprimentos ao senhor Presidente da República, já que se trata de uma nova direcção eleita recentemente”, declarou.

“Viemos apresentar cumprimentos, apresentar a nossa equipa e dizer quais as nossas intenções na forma e no método de fazer oposição”, adiantou a presidente do PSD, abandonando em seguida o Palácio de Belém.

Ferreira Leite esteve em Belém acompanhada do presidente da Mesa do Congresso do PSD, Rui Machete, do secretário-geral do PSD, Luís Marques Guedes, e dos vice-presidentes do partido José Pedro Aguiar Branco, António Borges e Paulo Mota Pinto.

No mesmo dia e no Palácio de São Bento, esteve reunida com o presidente da Assembleia da República, Jaime Gama, também para lhe apresentar cumprimentos enquanto nova presidente do PSD.

A própria presidente do PSD abriu a porta do gabinete onde foi recebida por Jaime Gama e saiu sem prestar declarações.

Estiveram com Manuela Ferreira Leite no encontro com o presidente da Assembleia da República o secretário-



geral do PSD, Luís Marques Guedes, o líder parlamentar do PSD, Paulo Rangel, e o deputado e vice-presidente do partido José Pedro Aguiar Branco.

Manuela Ferreira Leite foi eleita presidente do PSD no dia 31 de Maio e a sua equipa e restantes órgãos nacionais foram eleitos no XXXI Congresso do partido, que se realizou nos dias 20, 21 e 22 de Junho em Guimarães.

### A Presidente vai a Bruxelas reunir com Barroso e Martens

A nova presidente do PSD, Manuela Ferreira Leite, vai reunir-se na próxima quinta-feira em Bruxelas com o presidente da Comissão Europeia, Durão Barroso, disse hoje à Lusa fonte partidária.

Durante a sua deslocação a Bruxelas, e além do almoço com o presidente do executivo comunitário e antigo líder do PSD, Ferreira Leite vai também encontrar-se com Wilfried Martens, presidente do Partido Popular Europeu - família política europeia na qual os sociais-democratas

estão integrados -, e com a delegação do PSD ao Parlamento Europeu.

Ferreira Leite será acompanhada nesta deslocação a Bruxelas pelo novo responsável pelo gabinete de relações internacionais do PSD, José Luís Arnaut, indicou a mesma fonte.

Esta é a primeira visita a Bruxelas, enquanto líder do PSD, de Manuela Ferreira Leite, que foi ministra das Finanças no Governo de Durão Barroso entre 2003 e 2004. – Fonte: Lusa, Foto Arquivo PL

### Novos membros da equipa dirigente

A nova presidente do PSD, Manuela Ferreira Leite, apresentou a sua proposta de equipa para ocupar diversas funções no seio do partido, fazendo parte da lista figuras como José Cesário e António Sampaio e Mello.

Os nomes propostos por Manuela Ferreira Leite foram aprovados por unanimidade pela Comissão Política do PSD, o mesmo sucedendo a José Manuel Matos Rosa, ex-secretário-geral adjunto para a área

administrativa e financeira do PSD, agora proposto para o cargo de secretário-geral adjunto por Luís Marques Guedes.

Para director do Gabinete de Estudos Nacionais, Manuela Ferreira Leite indicou o economista e professor universitário António Sampaio e Mello, enquanto José Cesário - secretário de Estado das Comunidades Portuguesas no XV Governo Constitucional e secretário de Estado da Administração Local no XVI Governo Constitucional - fica a coordenar o Secretariado para as Comunidades Portuguesas.

Quanto a José Luís Arnaut - que foi ministro-adjunto do primeiro-ministro, no XV Governo Constitucional, e ministro das Cidades, Administração Local, Habitação e Desenvolvimento Regional, no XVI Governo Constitucional - assume o cargo de presidente da Comissão de Relações Internacionais.

Esta Comissão vai ainda integrar os deputados Henrique de Freitas e Mário David, este último vice-presidente do Partido Popular Europeu e secretário de Estado dos Assuntos Europeus nos últimos governos de coligação PSD/CDS.

A presidente do Partido Social Democrata mantém a dirigir o jornal Povo Livre o deputado Jorge Neto, que já esteve como vice-presidente do Grupo Parlamentar do PSD (2001-2004), como presidente da Comissão de Execução Orçamental (2002-2003) e como presidente da Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações (2004).

Manuela Ferreira Leite foi eleita presidente do PSD a 31 de Maio e a sua equipa e restantes órgãos nacionais foram eleitos no XXXI Congresso do partido, que se realizou a 20, 21 e 22 de Junho, em Guimarães.

– Fonte e fotos, Lusa







# O nosso Partido opõe-se à proposta de Lei de Organização e Funcionamento dos Tribunais Judiciais

O líder do grupo parlamentar social-democrata disse no fim da semana passada, que o PSD se opõe à proposta de Lei de Organização e Funcionamento dos Tribunais Judiciais por considerar que o PS pede “um cheque em branco” quanto ao mapa judiciário.

“A lei tem duas questões totalmente diferentes: o mapa judiciário e a organização própria dos tribunais”, salientou Paulo Rangel, em declarações aos jornalistas, no Parlamento.

“Nós até estávamos dispostos a aceitar a parte da lei relativa à organização dos tribunais e rejeitar o mapa, o que implica uma rejeição da lei”, referiu o líder parlamentar do PSD, acrescentando que agora, contudo, estão “muito apreensivos” devido às constantes mudanças de ideias dos socialistas.

Segundo Paulo Rangel, “o PS está em roda livre quanto ao modelo de organização dos tribunais, todos os dias apresenta uma proposta diferente, faz declarações diferentes, não tem uma ideia sobre o modelo”.

“O Governo tem aqui um papel central e todos os dias hesita, não sabe o que quer”, acusou o líder parlamentar do PSD, argumentando que “isto torna insustentável qualquer previsibilidade sobre a proposta que aparecerá”.

Quinta-feira, no debate do estado da Nação, o primeiro-ministro, José Sócrates, perguntou se a nova liderança do PSD “vai ou não cumprir aquilo a que se comprometeu com o grupo parlamentar do PS em matéria do pacto de justiça e lei eleitoral autárquica”.

Respondendo a José Sócrates, o líder parlamentar do PSD argumentou que “não pode o primeiro-ministro vir falar como veio quando o próprio Governo não sabe o que quer quanto à gestão dos tribunais”.

Paulo Rangel sublinhou que “até havia um consenso razoável” sobre a organização dos tribunais e concluiu que o PSD fica “à espera de ver as propostas” finais dos socialistas.



Em relação ao mapa judiciário, de acordo com Paulo Rangel, “nunca o PS propôs um mapa verdadeiro”.

“Esta proposta é um cheque em branco e nunca podemos subscrever um cheque em branco ao PS!”, justificou o líder parlamentar do PSD.

## PS está a governamentalizar a investigação criminal

Na mesma ocasião, Paulo Rangel denunciou a acção do PS de governamentalizar a investigação criminal, incluindo normas na Lei de Segurança Interna e na Lei de Organização da Investigação Criminal com esse objectivo.

“Há uma linha genérica, com normas enxertadas num e noutra diplomas que denunciam uma estratégia de governamentalização da investigação criminal”, declarou Paulo Rangel aos jornalistas, no Parlamento.

“Nós não aceitamos que isto seja feito, isto é o cavalo de Tróia do Estado de Direito. Há normas enxertadas nos dois diplomas que são autênticos cavalos de Tróia do Estado de Direito”, reforçou o líder parlamentar do PSD.

A Lei de Segurança Interna e a Lei de Organização da Investigação Criminal foram hoje aprovadas no Parlamento, com os votos favoráveis apenas do PS.

Segundo Paulo Rangel, a Lei de Segurança Interna hoje aprovada permite “a intromissão do secretário-geral da segurança interna num conjunto de competências evidentemente policiais, numa lógica de governamentalização de aspectos ligados à investigação criminal”, pondo em causa “a autonomia da própria condução policial”.

Quanto à Lei de Organização da Investigação Criminal, o líder parlamentar do PSD considera que vai no mesmo sentido, através de “alguma possibilidade que o Governo tem de interferir em competências do Procurador-Geral da República

## Reunião do Conselho Nacional para analisar regulamentos e autárquicas

A direcção do PSD quer que o Conselho Nacional do partido se reúna na próxima semana para analisar os regulamentos internos e as autárquicas, disse à Lusa o secretário-geral social-democrata, Luís Marques Guedes.

A posição foi expressa pela Comissão Política do PSD que na tarde do dia 8 se reuniu na sede nacional, em Lisboa.

“Vai propor-se à Comissão Política Nacional para requerer a convocação de um Conselho Nacional. Vamos sugerir que seja para a semana, mas a data terá





de ser acertada com o presidente do Conselho Nacional”(Rui Machete), disse o secretário-geral do PSD.

“O objectivo é analisar a questão autárquica e a questão dos regulamentos”, acrescentou.

Luís Marques Guedes disse que “a direcção do PSD vai levar uma proposta ao Conselho Nacional” sobre o conteúdo dos regulamentos internos, mas não quis adiantar em que sentido.

O secretário-geral do PSD sublinhou que, embora a reunião do Conselho Nacional seja pedida “também por causa do conteúdo” dos regulamentos, “a razão imediata e próxima é o calendário” para aplicar as alterações promovidas pela direcção de Luís Filipe Menezes, o que implica procedimentos informáticos.

“Precisamos de novos ‘timings’. A direcção anterior não deu luz verde em tempo útil à empresa que assessora o partido em termos informáticos para que montasse o ‘software’. É preciso tempo para desenvolver e testar o ‘software’”, referiu Marques Guedes.

Em causa está a reforma dos regulamentos de quotas, financeiro, eleitoral, de militantes e das estruturas de emigração proposta no início de Março pela anterior Comissão Política do PSD liderada por Luís Filipe Menezes e aprovada dias depois pelo Conselho Nacional do partido.

A alteração mais polémica foi a reposição do pagamento de quotas em dinheiro, contestada, entre outros, por Rui Rio, que agora é o primeiro vice-presidente da Comissão Política do PSD.

Castro Almeida, outro dos actuais vice-presidentes do PSD, lamentou na altura, enquanto conselheiro do partido, a decisão do Conselho Nacional, que aprovou por maioria os novos regulamentos propostos pela direcção de Menezes.

### Governo viola estatuto da Oposição

O PSD acusou, no dia 8, o Governo de violar o estatuto constitucional da oposição negando-lhe o acesso à informação sobre os projectos de obras públicas e exigiu o acesso aos contratos de “todos e cada um” desses projectos.

Em conferência de imprensa, o PSD considerou que o primeiro-ministro, José Sócrates, não adiantou qualquer dado sobre a matéria na entrevista que deu à RTP1 na semana passada e “induziu em erro os portugueses” ao remeter a consulta dessa informação para a Internet.

“A Comissão Política Nacional do PSD, hoje reunida, registou com preocupação o facto de não estar a ser cumprido o estatuto da oposição”, declarou aos jornalistas o vice-presidente social-democrata Paulo Mota Pinto, na sede nacional do partido, em Lisboa.

Paulo Mota Pinto salientou que a Constituição consagra - no seu artigo 114º - o direito dos partidos da oposição “de serem informados regular e directamente pelo Governo sobre o andamento dos principais assuntos de interesse político”.

“O Governo vem sucessivamente negando o exercício desse direito, com o objectivo de impedir a oposição de exercer a sua função”, acusou, referindo que “no que refere aos grandes projectos de obras públicas já anunciadas o PSD está há quase um ano a solicitar, através do seu grupo parlamentar, essa informação”.

De acordo com Paulo Mota Pinto, na entrevista que deu à RTP na semana passada o primeiro-ministro, José Sócrates, não deu “qualquer resposta a estes pedidos” e “induziu em erro os portugueses”.

Segundo o vice-presidente do PSD, o primeiro-ministro “refugiou-se na

Internet, onde ninguém encontrou até à data a informação verdadeiramente relevante sobre esta matéria” e, “mais grave, afirmou que grande parte das perguntas formuladas pelo PSD não tem resposta porque tudo passaria pela iniciativa privada, permitindo concluir que não haveria qualquer encargo para o Estado”.

“O PSD exige a disponibilização integral das condições dos contratos celebrados e a celebrar entre o Estado e as empresas em causa, para esclarecer de uma vez por todas as condições em que serão feitos pagamentos de verbas, a sua calendarização, bem como quem suporta os riscos destas operações”, concluiu.

Paulo Mota Pinto escusou-se a enumerar os projectos de obras públicas cujos contratos o PSD quer conhecer: “Todos e cada um”, disse.

Questionado sobre o que acontecerá se o executivo mantiver a sua posição, Paulo Mota Pinto respondeu que o PSD vai ponderar os instrumentos que tem ao seu alcance “caso o Governo persista na violação deste direito da oposição”.

Mota Pinto observou que o Governo “tem de se habituar” à obrigação de “verdade e transparência, particularmente quanto a contratos cujos encargos se estendam ao longo dos anos” e que “persistir na deliberada sonegação destes documentos e na omissão destes factos é não só violar um direito fundamental da oposição como é desvirtuar a verdade a que os contribuintes têm direito”.

### Ribeiro Cristóvão “não se recorda” de “uma situação tão complicada no futebol português” como a actual

O deputado do PSD Ribeiro Cristóvão garante não se recordar de uma situação tão complicada no futebol português como a que se vive neste momento, após a última reunião do Conselho de Justiça da Federação Portuguesa de Futebol.

“Não me lembro. O futebol português já passou por situações muito complicadas ao longo destes 20, 30 anos. Já tivemos de tudo, o futebol tem sido um mau exemplo, mas, em relação ao que está a acontecer agora, não encontro paralelo”, referiu o antigo jornalista desportiva da Rádio Renascença, em declarações à Agência Lusa.

Ribeiro Cristóvão “estranha” o silêncio do Governo e recorda que o Estado tem o dever e a responsabilidade de fiscalizar as entidades com utilidade pública desportiva, como é o caso da FPF, até porque a presente situação “desprestigia” internacionalmente o país.

“Estranhámos que o Governo ainda não tenha manifestado qualquer posição. Esperamos que o faça no mais curto espaço de tempo, porque o que se está a passar no futebol português desprestigia-nos internacionalmente”, referiu, acrescentando: “O Conselho de Justiça faz parte de um órgão chamado Federação, que tem utilidade pública, e, como detentor dessa utilidade pública, tem de ser fiscalizado e tutelado pelo Governo”.

Interrogado se o Governo deveria precisamente agitar com a possibilidade de retirada da Utilidade Pública à FPF, Ribeiro Cristóvão preferiu uma posição mais prudente.

“Não vamos tão longe, mas entendemos que o Governo tem de actuar. O Governo até agora não o fez, tem estado mudo e quedo em relação a todas as situações que se têm passado”, disse.

A última reunião do Conselho de Justiça, que apreciou os recursos do processo Apito Final, entre os quais os castigos aplicados ao Boavista e ao presidente do FC Porto, Pinto da Costa, terminou com duas actas e várias decisões polémicas, que poderão vir a ser dirimidas nos tribunais civis.

Na madrugada do passado sábado, cinco membros do CJ confirmaram as penas de descida de divisões do Boavista, por coacção sobre árbitros, e de suspensão de dois anos ao presidente do FC Porto, Pinto da Costa, por tentativa de corrupção, decretadas em primeira instância pela Comissão Disciplinar (CD) da Liga de clubes.

Isto apesar do presidente do CJ ter dado por encerrado o encontro cerca das 18:00 de sexta-feira, depois da contestação de vários conselheiros ao despacho de impedimento por si exarado, que visava impossibilitar a participação do vogal João Abreu nos recursos de Pinto da Costa.

O presidente do CJ e o Boavista anunciaram a intenção de interpor providência cautelares para tentarem travar a consumação dos castigos.





# Líder parlamentar do PSD afirma que política económica do PS nos conduz à gravíssima situação social a que chegamos

O líder parlamentar do PSD, Paulo Rangel, declarou hoje que o nosso Partido “não está contra obras públicas em geral nem nenhuma em concreto”, apenas **exige** conhecer os encargos financeiros anuais para o Estado.

“Senhor primeiro-ministro, o PSD **exige saber**, nas circunstâncias actuais, com a actual evolução da economia internacional, qual o encargo financeiro que o Estado tem com cada investimento e com cada obra” acrescentou.

No debate sobre o estado da Nação, no Parlamento, o líder parlamentar do PSD defendeu que “são estas opções intrinsecamente erradas de política económica que nos conduzem à gravíssima situação social a que chegamos e à potenciação dos factores agravantes da crise internacional”.

Paulo Rangel traçou um “retrato negro” da situação de Portugal, considerando que o país vive uma “grave crise social e económica, traduzida no desemprego, no agravamento da situação dos pensionistas, no empobrecimento das classes médias”.

Paulo Rangel contestou o discurso do Governo segundo o qual este, nos últimos três anos, deixou o país mais preparado para enfrentar a conjuntura internacional.

“Nada de menos exacto. Uma grande parte das nossas dificuldades resulta das opções que o Governo tomou. É este o caso paradigmático da política económica”, afirmou.

Damos a seguir o texto completo da intervenção de fundo de Paulo Rangel, com a qual o líder parlamentar do PSD encerrou o debate, por parte do nosso Partido:

1. No curso final de mais uma sessão legislativa, a Assembleia da República é chamada a fazer uma avaliação do Estado da Nação. E mais: é chamada a fazê-la quando passaram já três anos e meio sobre a entrada em funções do Governo de maioria absoluta socialista e quando, no cômputo global dos últimos treze anos, o país conta já com o lastro de dez anos – dez longos anos – de políticas socialistas (1995-2002; 2005-2008).

2. Por mais paletas de cores que se usem, ao cabo destes três anos e meio, o país não progride, o desempenho da economia tem sido fraco e frustrante, a divergência real com a União Europeia acentua-se, a prosperidade surge cada vez mais longe.

Por mais anúncios e visitas a hipermercados que Ministros e seus assessores façam,

o desemprego está altíssimo, o “sub-emprego” alastra, a emigração portuguesa – legal ou informal – nasceu, as famílias estão superiormente endividadas, os



impostos pesam desmesuradamente, o poder de compra decresce a olhos vistos.

Por mais que se fale em inovação e tecnologia e se propagandeiemos pin's, planos e projectos de milhões e milhões de euros,

a grande maioria das pequenas e médias empresas asfixia e sufoca, as falências não param de aumentar, os processos de insolvência crescem diariamente, as “deslocalizações” multiplicam-se, os despedimentos colectivos sucedem-se.

Nenhum dos indicadores oficiais e creíveis do desemprego, do crescimento económico, da inflação e da situação social da pobreza melhorou – alguns pioraram até – depois destes três anos de maioria absoluta socialista.

Este retrato negro

– mas justo e autêntico, cruzámo-nos com ele na rua todos os dias – da gravíssima crise social e económica está pois documentado em todos os índices e indicadores económicos e estatísticos relativos a Portugal e à situação portuguesa.

Ainda assim – digo-o aqui sob exclusiva responsabilidade pessoal – recusar-me-ei a citar qualquer deles. Não ouvirão neste discurso, nem por uma só vez, a citação de um número ou de um indicador desse tipo.

**E recuso-me a fazê-lo em sinal de protesto – de protesto simbólico, mas formal – contra o modo absolutamente condenável como o Governo seja na economia, seja na saúde, seja na educação, seja na justiça, tem sistematicamente apresentado os números, instrumentalizado as estatísticas, seduzido e induzido os rankings**

**nacionais e internacionais.**

A avaliação quantitativa é hoje uma ferramenta indispensável do bom governo ou, como agora se diz, da “boa governança”.

Mas tem de ser usada de uma forma séria, fiável, credível – fora das tentações manipuladoras do marketing e da propaganda.

Ora, o contrato democrático com os cidadãos exige transparência, autenticidade e fiabilidade dos indicadores de governação. Eis uma causa – a do rigor e transparência dos números – de que o PSD nunca abdicará.

Eis uma denúncia que não pode deixar de se fazer e de se fazer na sede própria: quanto mais se arranja, tempera e doura os números, mais se abstrai da realidade, mais longe se está do quotidiano dos portugueses. E sempre que há um problema a resolver, já sabemos, o Governo exhibe-nos um número e serve-nos um indicador, com o corte à medida.

Que não haja dúvidas: este é, desde o início e cada vez mais, o Governo da abstracção numérica.

4. Que este reparo, por mais exacto e merecido que seja, não nos distraia do essencial:

a grave crise social e económica, traduzida no desemprego, no agravamento da situação dos pensionistas, no empobrecimento deslizante das classes médias.

O Governo procura agora passar a ideia de que o agravamento das condições de vida

– todos os dias sentido na pele, na carne e no osso dos portugueses – se deve exclusiva ou principalmente à crise internacional

e mais: que, na sua óptica, a política até aqui seguida alivia ou minora o impacto da chamada crise externa.

Ora, nada de menos exacto. Uma grande parte das nossas dificuldades resulta das opções que o Governo tomou. É este o caso paradigmático da política económica, na qual concentraremos a avaliação do Estado da Nação de 2008.



6. O Governo optou pela redução do défice orçamental – no seguimento de uma linha inicialmente definida pela nossa Presidente, Dra. Manuela Ferreira Leite. Todos o sabem: não podemos concordar mais com essa opção.

Não apoiamos, de maneira nenhuma – essa é toda uma outra história –, a forma como foi posta em prática: com toda a ênfase no aumento da carga fiscal e não na redução efectiva da despesa e com a pressão agressiva de uma máquina fiscal que não soube respeitar as mais elementares garantias dos contribuintes.

Seja como for, pensava-se que o objectivo era reduzir o peso do défice na economia portuguesa para dar mais espaço às empresas para crescerem, investirem, para se desenvolverem. Nada disso se passou.

As empresas – sobretudo as pequenas e médias, onde está o verdadeiro potencial de crescimento e de criação de emprego em Portugal – não conseguem melhorar a sua situação. A falta de investimento das empresas é aliás a mais evidente prova do falhanço da política governamental.

**Percebe-se, aliás, agora – muito, muito cristalinamente – que a estratégia do Governo era apenas a de criar espaço e folga para uma abordagem dirigista, centralizada, em que a economia é ainda comandada de, uma forma ou de outra, pelo impulso superior do Governo. O Estado e o Governo desenham os projectos, chamam a si toda a rede económica neles envolvida e seja pelo endividamento externo directo ou indirecto dos privados, seja pela moratória para as gerações futuras, garantem um mecanismo de pilotagem político-social.**

Para usar um conceito de todos conhecido, o dirigismo é a versão económica e financeira, refinadamente musculada, da “claustrofobia democrática”.

O dirigismo do Governo é um sinal evidente da desconfiança de raiz que o PS tem do dinamismo e da genuína autonomia das pessoas, das empresas, da sociedade civil.

Nada de mais distante da orientação política, social e económica do PSD.

7. E já que estamos no âmago da matéria económica e financeira, não podemos deixar passar em claro o endividamento externo, em crescimento vertiginoso.

Perante a passividade, a omissão e o silêncio do Governo, é bem caso para perguntar: quem olha pela dívida externa?

Num quadro de abandono da poupança – sucintamente ilustrado pela política do Ministério das Finanças para os certificados de aforro –, não resta alternativa ao financiamento bancário e ao conseqüente endividamento externo. Endividamento que, quanto mais aumenta, mais difícil é de obter e mais caro se torna. Os bancos transferem esse custo cada vez mais alto do financiamento externo para os seus clientes.

O que agrava substancialmente as dificuldades crescentes das famílias e das empresas em obter crédito ou em pagar taxas de juro cada vez mais elevadas.

A responsabilidade pelo volume das taxas de juro não está apenas na crise externa e na disciplina Banco Central Europeu – como tantas vezes se diz e se apreoa. Não.

Todos os portugueses o sabem quando, mês a mês, sentem o custo do seu spread, o qual acaba por ser o resultado directo do crescente endividamento do País no exterior.

Senhor Primeiro-Ministro, Senhor Ministro das Finanças, a dita crise internacional não explica tudo. Deixamos a pergunta e endossamos a responsabilidade: quem cuida do nosso tremendo endividamento externo?

8. Importa, aliás, reforçar a ideia – bem ao contrário do que aqui hoje nos foi

dito – de que **a situação internacional não serve de desculpa para a grave crise social e económica que estamos a viver.**

Por um lado, porque muitos países europeus – alguns deles comparáveis com o nosso – não estão em recessão nem perto disso. Por outro, bem o sabemos, a performance da nossa economia sempre foi frouxa, mesmo quando a economia internacional prosperava como nunca.

É que, como é óbvio, um país que não se preocupa com as condições de competitividade e de eficiência das suas empresas – essencialmente das pequenas e médias – não pode nunca prosperar, qualquer que seja a situação da economia internacional.

Há, de facto, uma crise grave – invulgarmente grave – na Espanha, crise que nos irá afectar de sobremaneira, de um modo que, ainda agora, não é totalmente cognoscível.

Conhecemos bem a quota das nossas exportações e trocas comerciais, o peso do investimento espanhol, ainda maior agora que todos os estrangeiros abandonam a nossa bolsa,

a enorme dimensão da emigração portuguesa em Espanha (seja legal, pendular ou informal)

o caminho que os empresários portugueses fizeram rumo ao mercado espanhol.

Nunca a economia portuguesa dependeu tanto e tão estreitamente de um só país, de uma só economia estrangeira.

Mas a pergunta que imediatamente aflora, que tem mesmo de fazer-se, vem a ser a seguinte: quem definiu a prioridade estratégica da economia portuguesa em 2005?

Não foi o Senhor Primeiro-Ministro que, como quem canta hossanas, exclamou: Espanha, Espanha, Espanha?

E com isso rompeu até com uma constante da política externa económica, que, especialmente depois da integração europeia, procurava evitar uma cultura de “mono-dependência” económica dos nossos vizinhos?

Não há aqui um estranho paralelo com a orientação dos anteriores governos socialistas, de que o Senhor Primeiro-Ministro era figura proeminente, quando nos venderam o Brasil como a prioridade de política externa económica com resultados francamente negativos? – basta ver o recente relatório de do Tribunal de Contas sobre as Águas de Portugal...

Como foi possível definir essa orientação e materializá-la, quando, em 2005, já toda a gente sabia que o sobreaquecimento da economia espanhola se devia à especulação imobiliária e a um sobrepreço da construção civil?

Mesmo sem “subprime”, qual era o economista português ou trabalhador da construção civil que ignorava a bolha imobiliária espanhola e o risco iminente do seu rebenfamento?

E agora, que será da taxa de desemprego, no dia em que regressarem os milhares e milhares de portugueses que trabalhavam na construção civil espanhola – geralmente em condições nada dignas? Quem paga essa factura e essa fractura social?

Senhor Primeiro-Ministro, fará algum sentido que um país que se até agora se tem dito estar praticamente isento de “subprime”, venha a absorver e incorporar todos efeitos perniciosos dessa crise através da sua dependência de um dos países mais expostos à mesma?

Tudo isso por um erro, mais que evitável, de política estratégica?

Afinal, quando proclamou Espanha, Espanha, Espanha que modelo de desenvolvimento tinha: o de uma economia regional à escala ibérica ou de uma pequena mas ágil economia aberta, dinâmica e diversificada, no contexto global?

9. Na verdade, longe vão os tempos em que o Governo tomava como referência os exemplos irlandês e finlandês e da sua aposta na inovação, na qualificação, na sofisticação tecnológica do seu tecido de pequenas e médias empresas.

Longe vão os tempos em que o coração do discurso – que nunca da prática – se centrava na diminuição dos chamados “custos de contexto” para tornar mais







eficiente e mais competitiva, no quadro global, uma rede consistente de pequenas e médias empresas com capacidade exportadora, direccionadas para os mais diversos mercados e nichos de mercado à escala global.

O Plano Tecnológico tornou-se um “plano” no velho sentido socialista do termo:

gerido burocrática e centralizadamente, a partir do gabinete do primeiro-ministro, traduzido em acções de marketing e publicidade de distribuição massiva e não criteriosa de equipamentos a tudo o que são instituições públicas, desistindo da qualificação e do financiamento selectivo dos mais empreendedores e inovadores tecnologicamente.

Onde antes pontificavam os exemplos da Irlanda, da Finlândia, dos países nórdicos em geral, parece sobrar agora a sombra e a penumbra do Mezzogiorno italiano – do sul da península itálica – onde, por mais fundos comunitários e estatais que entrem e por mais projectos de larga envergadura que se lancem, o horizonte tem sido sempre o da estagnação e do atraso relativo endémico.

10. São estas opções intrinsecamente erradas de política económica, que nos conduzem à gravíssima situação social a que chegamos, e à potenciação dos factores agravantes da crise internacional comandada pelo desemprego, pelo envio para a banda da pobreza da classe dos pensionistas, pelo esvaziamento e sobrecarga da classe média.

11. Escolhemos a crítica à política económica – e a indicação do que teríamos feito diferente – como o cerne da nossa avaliação do Estado da Nação, porque ela prova cabalmente que os factores de crise estrutural da dimensão social e económica de Portugal dependem essencialmente das políticas internas: não das desculpas estafadas da herança do passado e da agora tardiamente reconhecida crise internacional.

Todos sabemos que, em muitos vectores, com ou sem reflexos nas contas públicas, o Governo fracassou. Uma vez com boas intenções, mas sem competência política e técnica; outras vezes, com políticas visivelmente erradas.

Assim tem sido, na letargia da reforma da administração pública, nos ziguezagues da reforma da saúde, na omissão da reforma estrutural da justiça, na capitulação da reforma educativa.

12. Não significa isto que, ao contrário do Governo – como agora tão bem se vê na volta e reviravolta que o PS, com os mesmos e exactos protagonistas, fez em matéria de legislação do trabalho –, o PSD não seja uma oposição responsável.

E, por isso, faz questão – na sessão parlamentar em que se avalia o Estado da Nação – de efectuar um balanço dos aspectos positivos da governação da maioria absoluta socialista, designadamente, no que ao ano que agora culmina diz respeito; destacando dois deles.

Assim, considera globalmente positivo o trabalho da Presidência portuguesa da União Europeia e o seu mais visível resultado: o Tratado de Lisboa. E em face das dificuldades que o mesmo agora atravessa, dispõe-se a dar todo o seu esforço solidário, a nível nacional e europeu, para que se encontre uma solução positiva para a União e o país.

E considera, seguramente, positivo o esforço de, em vários domínios – independentemente de haver resultados efectivos e de concordar ou não com eles –, o Governo fazer acompanhar a discussão e formulação de políticas em sede de concertação social.

O PSD foi sempre um cultor da concertação social e vê, por isso, com apreço que um Governo PS, apesar de parcos e magros resultados e da visão arrevesada do ainda Ministro da Agricultura, lhe siga os passos.

14. Antes de terminar, e apesar da centralidade dada à política económica, quer o PSD fazer ressaltar duas notas.

A primeira para o esboramento, cada vez mais ostensivo, da autoridade do Estado, uma chamada de atenção para a criação de um ambiente de diluição progressiva da autoridade do Estado e da autoridade social.

Quando há a invasão inadmissível da propriedade alheia, com destruição de bens, em nome de uma acrítica liberdade de manifestação, o Governo recusa



uma condenação categórica e sem reservas.

Quando alunos agradem professores, o Governo omite uma condenação categórica e sem reservas: apresenta um discurso sociológico e causal de complexidade.

Quando uma classe profissional ou empresarial ensaia e leva a cabo um bloqueio do país, o Governo, ainda que obrigado à resolução equilibrada dos conflitos, não faz uma condenação categórica e sem reservas de actos profundamente ilegais.

Quando até já os arguidos agradem sem peias os magistrados e os juizes, não se ouve do Governo uma condenação categórica e sem reservas: a resposta dos responsáveis governamentais chega a ser caricata: há países em que é pior.

Eis o sinal iniludível de que perante a crise social, perante a evidente incapacidade do Governo para responder aos

desafios que neste momento se põem à República, o Executivo já não dispõe do capital de legitimidade e serenidade para repor e afirmar, sem tiques de autoritarismo, a autoridade equilibrada do Estado.

15. Uma segunda nota, sempre arrimada no modelo estratégico de desenvolvimento global, a propósito de sinais inquietantes em matéria educativa.

Depois de alguns sinais introdutórios de um reformismo positivo, o Governo mostrou a sua face – e aqui, como no modelo económico de desenvolvimento do país – cedeu a todos os facilitismos.

Já tínhamos o fim dos trabalhos de casa, já tínhamos a avaliação sem possibilidade de reprovações, já tínhamos a mudança das regras de acesso à universidade em pleno processo de exames, já tínhamos a eliminação de provas globais no 9.º ano.

O exemplo recente dos exames de matemática do 12.º ano é apenas o exemplo mais frisante de toda uma concepção e de todo um modo de ver a política educativa e até – digo-o sem receio das palavras – a política geral.

Um ponto é certo: na educação o PSD nunca dará cobertura ao facilitismo, ao trabalho para os rankings, ao abandono da exigência e do rigor.

**É que, ao contrário do que muitos julgam, sob a bandeira apócrifa e o jargão da escola inclusiva, a falta de exigência, a falta de rigor no ensino é o passo mais rápido para a exclusão social e profissional das classes com menos recursos económicos e culturais.**

Os alunos provenientes das franjas mais favorecidas, com ou sem exigência na escola, aprenderão nos seus meios familiar e social; poderão porventura frequentar outras escolas ou dispor de ajudas externas.

Os alunos advindos dos níveis mais frágeis da sociedade, só têm uma oportunidade para a igualdade de oportunidades: e essa é a escola exigente, a escola de rigor, que os apetrecha com os recursos de conhecimento e de cultura que podem ser patamares de elevação social.

Ao contrário do que se pensa – e do que vai junto nesta onda inaceitável de promoção do facilitismo –, só uma escola exigente pode ser inclusiva.

Ao que acresce, para lá de todo e qualquer considerando sociológico, social ou de igualdade, que só uma escola exigente pode preparar Portugal para a competitividade externa a que está submetido.

Portuguesas e Portugueses, Senhor Presidente da Assembleia da República, Senhor Primeiro-Ministro, Senhores Ministros e demais Membros do Governo, Senhoras e Senhores Deputados:

O PSD exerce conscientemente a oposição.

Exerce-a sem tibiezas nem complexos: criticando, propondo alternativas, aceitando debater e rever, se disso for caso, os seus pontos de vista.

Mas fá-lo-á, sempre e só, com base na verdade da relação com os portugueses, na transparência da informação e na fiabilidade dos números.

Muitos falam em optimismo, em confiança, em esperança.

Mas o ciclo virtuoso do optimismo, da esperança, da confiança no país e nos seus governantes só pode advir de um valor: o valor da verdade, o valor da autenticidade.

Eis o pilar político em que se funda a formação da alternativa do PSD: um contrato de verdade com os portugueses. – Fonte e fotos: Gab. Imp. G.P. PSD

# O “Estado de Portugal” segundo a União Europeia...

O “Eurobarómetro69” é uma análise de opinião, sazonal, realizada pela União Europeia e considerado um instrumento sério e independente. Foi agora publicado o Eurobarómetro relativo à Primavera de 2008 – ou seja, o último trimestre – e, no que se refere a Portugal (e a seguir publicamos), adquire um valor de esclarecimento, num momento em que, posteriormente à sua publicação, o Banco de Portugal volta a rever em baixa o PIB, a inflação aumenta para lá dos cálculos mais pessimistas e o desemprego mantém-se na raia dos 8%, um valor que, para a nossa frágil e endividada população, é verdadeiramente trágico.

Os últimos capítulos, que se referem especificamente à União Europeia, não foram incluídos nesta recolha – Nota do PL

## 1. Introdução

O «Eurobarómetro 69» foi realizado na Primavera de 2008, com o objectivo de dar continuidade à análise das atitudes e da opinião pública dos cidadãos europeus sobre vários temas dos domínios económico, político e social. O trabalho de campo foi realizado entre os dias 25 de Março e 4 de Maio de 2008, em todos os Estados membros da União Europeia, nos três países candidatos (Croácia, Turquia e Ex-República Jugoslava da Macedónia) e na comunidade turca de Chipre. Em todos estes países, foi construída uma amostra aleatória da população residente com 15 ou mais anos de idade.

No segundo capítulo descrevemos o actual clima da opinião pública portuguesa. Este inquérito Eurobarómetro foi realizado num contexto em que se combinavam indicadores algo contraditórios sobre a evolução da economia portuguesa. Entre ténues sinais encorajadores a nível nacional, multiplicavam-se os indicadores negativos em relação à economia internacional. Nesse âmbito, importa analisar o estado da opinião pública em Portugal: O que pensam os portugueses da sua situação financeira pessoal? Como encaram a situação económica nacional nos próximos tempos? Quais os temas que os portugueses consideram mais importantes para a vida colectiva? Como avaliam a direcção do país? Daremos conta da opinião dos portugueses sobre estes temas. De seguida analisamos o grau de confiança que os portugueses depositam nas instituições políticas e o grau de transparência que atribuem ao aparelho de Estado. Finalmente, apresentamos as preferências dos portugueses no que diz respeito à elaboração das políticas públicas. Nomeadamente, sobre que nível de governo – regional, nacional ou supranacional – julgam ser o mais adequado para a tomada de decisão de um conjunto de políticas.

No terceiro capítulo, faz-se a análise da relação entre os portugueses e a União Europeia, de um ponto de vista essencialmente comparativo, mas também com recurso à análise evolutiva e à desagregação dos dados por grupos socio-demográficos. As dimensões abordadas nesta secção são o balanço da adesão de Portugal à União, a opinião dos cidadãos nacionais sobre as quatro principais instituições europeias (Parlamento Europeu, Comissão Europeia, Conselho da União Europeia e Banco Central Europeu), o conhecimento e as representações que os portugueses têm sobre a União, e, por fim, o sentimento de representação dos cidadãos nas instâncias europeias.

No quarto capítulo discutem-se os objectivos futuros da UE, o fenómeno da globalização e o possível alargamento da União.

Começaremos por analisar a opinião dos portugueses sobre o futuro geral da UE, assim como o que pensam da moeda única, e em que áreas a intervenção comunitária deve ser reforçada.

De seguida, procuraremos identificar o significado da globalização em Portugal. Depois, avaliamos em que medida os portugueses pensam que a UE poderá servir para os proteger dos efeitos negativos da globalização, e a forma como os inquiridos percebem a economia europeia relativamente à dos Estados Unidos da América. Finalmente, procuraremos analisar qual o nível de apoio dos portugueses a novos alargamentos, com particular destaque para o caso da Turquia.

Ao longo do relatório estes temas principais são abordados de várias formas. Não só apresentamos os dados para Portugal em comparação com os de outros Estados-membros,

mas também avançamos com análises longitudinais, ou seja comparamos os dados actuais com os de Eurobarómetros anteriores. Além disso, por vezes as atitudes dos portugueses são desagregadas do ponto de vista sócio-demográfico. Finalmente, todos os capítulos terminam com uma secção onde se avançam algumas sugestões para as estratégias de comunicação da União Europeia tendo em conta os resultados obtidos.

## 2. Portugal e os portugueses: perspectivas sobre a situação actual e o futuro próximo

Este Eurobarómetro 69 foi conduzido num momento relativamente singular do ciclo político e económico português, em que se combinavam indicadores algo contraditórios sobre a evolução da nossa economia. O trabalho de campo teve lugar após o anúncio do “**fim da crise financeira**” por parte do governo, confirmados os dados sobre o défice orçamental de 2007 (2,6 por cento do PIB) e sua adequação aos critérios de convergência.

No dia 26 de Março – o dia em que, precisamente, o trabalho de campo deste inquérito se iniciou – o Primeiro-Ministro anunciava que, a partir de Julho de 2008, a taxa do IVA desceria para 20 por cento. Havia assim a possibilidade de que a avaliação que os portugueses fazem da situação económica e social do país, ou pelo menos aquela que fazem das suas perspectivas futuras, escapasse ao forte pessimismo que tem transparecido dos últimos estudos do Eurobarómetro.

Contudo, à época do inquérito, eram também já evidentes os sinais de uma crise financeira internacional e de um crescimento acentuado dos preços dos combustíveis e dos produtos alimentares, bem como os maus resultados económicos no nosso principal parceiro comercial, a Espanha. Este conjunto de factores levou, inclusivamente, a uma revisão em baixa, por parte do governo português, das estimativas para o crescimento económico em 2008. Esta revisão teve apenas lugar em Maio deste ano, já após o trabalho de campo deste Eurobarómetro, pelo que os seus resultados não deverão reflectir completamente estes indicadores menos favoráveis sobre a evolução económica de curto prazo que emergiram mais recentemente.

No entanto, existia já um clima geral de incerteza sobre a economia, mesmo no momento em que o estudo foi conduzido. Por exemplo, o índice de confiança do consumidor do Instituto Nacional de Estatística atingia no mês de Abril precisamente aquele em que a maior parte do inquérito EB69 teve lugar – o valor mais baixo desde finais de 2005.

Assim, à luz deste contexto, começamos por abordar neste capítulo a forma como os portugueses percebem a evolução futura, quer da situação económica do país quer da sua situação financeira individual. Tendo em conta as pressões inflacionistas recentes, daremos maior ênfase à situação financeira individual, em particular à forma como os portugueses percebem a existência de mudanças no seu poder de compra nos últimos anos. Depois, olhamos para os temas que os portugueses consideram mais importantes na sua vida colectiva e para a forma como avaliam a direcção que o país vem tomando. Em terceiro lugar, analisamos as avaliações que os portugueses fazem sobre o funcionamento das suas instituições políticas e do aparelho de Estado. E finalmente, abordamos as preferências dos portugueses sobre que nível de governo – estritamente nacional ou em partilha de soberania no âmbito da UE – julgam ser o mais adequado para resolver os problemas sociais e políticos mais importantes.

### 2.1 - A situação nacional e individual

No Outono de 2007, os portugueses contavam-se entre os cidadãos europeus que faziam um diagnóstico mais negativo da situação económica, do emprego e do bem-estar social no seu país. Os resultados deste Eurobarómetro, realizado na Primavera de 2008, sugerem que, independentemente do juízo que os portugueses façam sobre a situação actual do país, o seu optimismo em relação ao futuro próximo continua reduzido.

• Questionados sobre as expectativas para os próximos doze meses em relação à situação económica portuguesa, **59 por cento** dos portugueses consideram que ela tenderá a piorar (**contra 46 por cento** da média dos europeus).

No Outono passado, esse valor era de **apenas 39 por cento**, o que sugere uma degradação importante das expectativas em relação à evolução da economia no futuro próximo. Entre os 27 Estados-membros, apenas os húngaros, os gregos e os britânicos exibem maior pessimismo. Uma percentagem ainda maior de portugueses diz-se pessimista em relação à situação do emprego (63 por cento), valor superado apenas pela Grécia e pela Irlanda e que, mais uma vez, representa um aumento substancial em relação aos valores do Outono de 2007 (42 por cento). Estes resultados sugerem que, à data do trabalho de campo deste EB69, não havia sinais de que existisse entre a maioria dos portugueses antes pelo contrário **qualquer percepção de uma recuperação** económica no país.

Tendo em conta a subida dos preços dos combustíveis e de um grande número





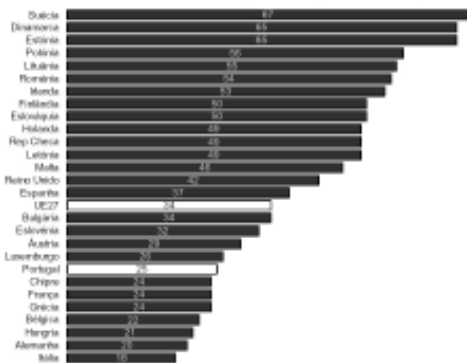
de bens de consumo nos últimos meses, torna-se especialmente interessante analisar a maneira como os portugueses percebem a sua situação financeira pessoal, particularmente no que diz respeito ao seu poder de compra.

Uma das questões colocadas era a de saber se, na perspectiva do inquirido, o poder de compra da sua família tinha melhorado, piorado ou ficado igual em comparação com o que se passava há cinco anos. Usando as respostas a estas perguntas de forma a utilizar toda a informação disponível, construímos um índice, com valores entre 0 e 100, em que 0 significa que todos os inquiridos acham que o seu poder de compra piorou e 100 que todos acham que melhorou.

O gráfico 2.1 mostra o valor deste índice para todos os países da UE.

Ele revela, por um lado, que na maioria dos países da UE há mais cidadãos que pensam que o seu poder de compra piorou do que aqueles que pensam que melhorou (18 países com índices abaixo de 50). Apenas na Suécia, Dinamarca, Estónia, Polónia, Lituânia, Roménia e Irlanda há maiorias de cidadãos que percebem melhorias a este respeito em comparação com a situação de há cinco anos atrás. A mesma ideia resulta da média dos países UE-27, onde o índice tem um valor de 34, também abaixo do meio da escala. Finalmente, Portugal faz parte dos países onde um menor número de cidadãos detecta melhorias no poder de compra das suas famílias nos últimos cinco anos. A análise a nível individual mostra que o pessimismo a este respeito é significativamente mais elevado entre os indivíduos com menores níveis de instrução, os mais idosos, os empregados por conta própria e os trabalhadores manuais.

Gráfico 2.1 - Índice de evolução do poder de compra familiar nos últimos cinco anos (mínimo 0, máximo 100).



Numa questão relacionada, perguntou-se aos inquiridos até que ponto concordavam com a afirmação de que teriam “dificuldade em pagar as contas no fim do mês”.

O gráfico 2.2 mostra, para cada país da UE, a percentagem daqueles que dizem “concordar totalmente” ou “tender a concordar” com essa afirmação. A diferença entre os valores mínimo (12 por cento) e máximo (76 por cento) encontrados é muito grande, pelo que os 47 por cento da média europeia escondem enormes variações entre países.

Na Suécia, na Dinamarca ou na Finlândia, são poucos os que afirmam ter semelhantes dificuldades. Noutros casos, tais como Bulgária e Portugal, sucede o inverso:

- 71 por cento dos inquiridos em Portugal concordam com a afirmação de que “têm dificuldades em pagar as contas ao fim do mês”, ou seja, o segundo valor mais elevado na Europa dos 27.

Uma análise a nível individual mostra que é entre os indivíduos com menores níveis de instrução, os mais velhos, os desempregados, os trabalhadores manuais e os trabalhadores menos qualificados do sector dos serviços que encontramos maiores dificuldades a este nível.

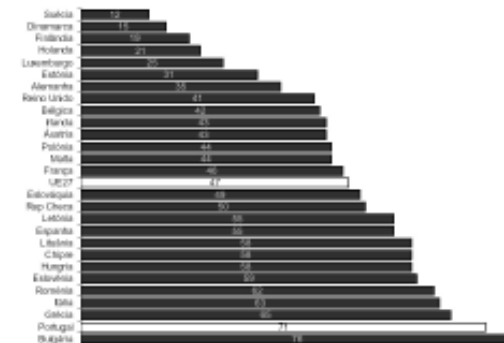
Este Eurobarómetro fornece, de resto, dois outros dados impressionantes sobre a situação financeira pessoal dos portugueses: 41 por cento consideram que essa situação irá piorar durante o próximo ano, o segundo valor mais alto no conjunto dos 27 Estados-membros (depois da Hungria); e 25 por cento julgam que o mesmo irá suceder no que respeita à sua situação profissional, valor que duplica o da média europeia e também só é superado, uma vez mais, pelo caso húngaro.

Nota: Não pode esquecer-se, como se diz no início, que «O trabalho de campo teve lugar após o anúncio do “fim da crise financeira” por parte do governo, confirmados os dados sobre o défice orçamental de 2007 (2,6 por cento do PIB) e sua adequação aos critérios de convergência.

No dia 26 de Março – o dia em que, precisamente, o trabalho de campo deste inquérito se iniciou – o Primeiro-Ministro anunciava que, a partir de Julho de 2008, a taxa do IVA desceria para 20 por cento. Havia assim a possibilidade de que a avaliação que os portugueses fazem da situação económica e social do país, ou pelo menos aquela que fazem das suas perspectivas futuras, escapasse

ao forte pessimismo que tem transparecido dos últimos estudos do Eurobarómetro.»

Gráfico 2.2 - Percentagem de inquiridos que diz “ter dificuldades para pagar as contas no fim do mês”



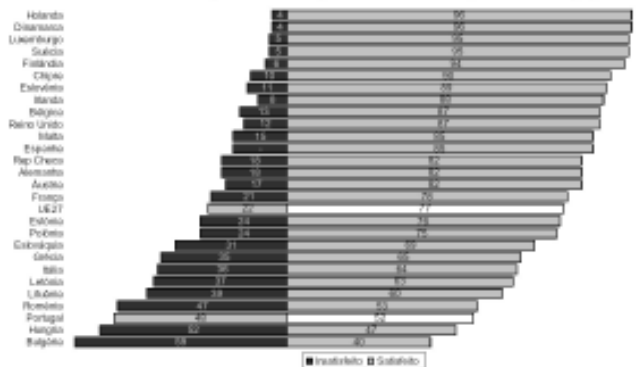
Tudo isto acaba por se repercutir, inevitavelmente, noutras esferas da vida pessoal.

Neste Eurobarómetro, 38 por cento dos portugueses dizem-se “não muito satisfeitos” e dez por cento “nada satisfeitos” com a vida que levam, enquanto 48 por cento se dizem “satisfeitos”. A percentagem total de “insatisfeitos” (48 por cento) representa um aumento de três pontos percentuais em relação ao valor do Outono de 2007, que por sua vez já representava um aumento em relação a estudos anteriores.

Por outras palavras, há cada vez mais portugueses que se dizem insatisfeitos com a sua vida. O gráfico 2.3 mostra também que a percentagem dos portugueses que se dizem “muito satisfeitos” ou “satisfeitos” (52 por cento) é claramente inferior à média europeia (77 por cento). E que, entre os 27 Estados-membros, apenas na Hungria e na Bulgária encontramos maiores níveis de insatisfação com a vida pessoal.

As perspectivas futuras também não são brilhantes: apenas 15 por cento dos portugueses pensam que, nos próximos 12 meses, a sua qualidade de vida irá melhorar. É o valor mais baixo de todos os encontrados nos 27 Estados-membros.

Gráfico 2.3 - Satisfação e insatisfação com a vida nos países da UE (%)

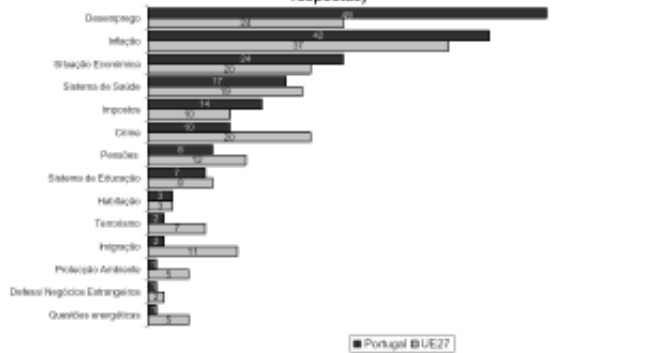


## 2.2 Questões nacionais e a trajetória portuguesa

No Outono de 2007, questionados sobre os dois problemas mais importantes com que Portugal se deparava, 54 por cento dos portugueses mencionavam “o desemprego”, enquanto 35 por cento mencionavam “a inflação”. Neste Eurobarómetro, como se verifica no gráfico 2.4, estes dois problemas continuam a ser os mais mencionados. Note-se, contudo, a subida acentuada das menções do tema “inflação” – em sete pontos percentuais – seguindo de resto uma tendência comum na Europa (onde as menções à inflação sobem de 26 para 37 por cento). Os dados revelam, assim, grande sensibilidade das opiniões públicas europeias aos desenvolvimentos económicos.

A hierarquia dos temas e a sua diferente saliência em comparação com o que se passa na média europeia mantêm-se inalteradas em relação ao que se passava no Outono de 2007. Os portugueses estão comparativamente mais preocupados com temas de natureza económica (desemprego, inflação, situação económica) do que a média europeia, e menos preocupados com temas como o crime, o terrorismo, a imigração, o ambiente ou a energia.

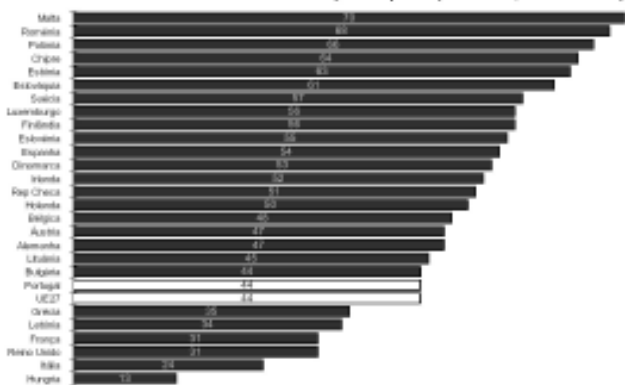
**Gráfico 2.4 - As questões mais importantes com que Portugal se depara (% máximo duas respostas)**



Uma outra questão deste Eurobarómetro era a de saber se os inquiridos pensavam que, em geral, a situação do país caminhava na direcção certa, errada ou “nem uma nem outra” no que respeita à resolução dos seus principais problemas. De forma a compararmos todos os países entre si usando o máximo de informação disponível, construímos um índice com valores entre 0 (todos consideram que o país caminha na direcção errada) e 100 (todos consideram que o país caminha na direcção certa).

O gráfico 2.5 apresenta os resultados por país. Note-se, em primeiro lugar, como Portugal é um dos países onde há mais pessoas que julgam que a situação caminha na direcção errada do que aqueles que pensam o contrário (valor inferior a 50). Em segundo lugar, note-se como o valor encontrado para Portugal é igual ao da média europeia. Essa média é baixa em comparação com a da maioria dos países por uma razão simples: a média UE-27 é ponderada pela população, e vários dos países onde as percepções são menos positivas são também os mais populosos da UE (Itália, Reino Unido, França e Alemanha).

**Gráfico 2.5 - Índice sobre “direcção do país” (mínimo 0, máximo 100).**



### 2.3 As instituições nacionais e europeias

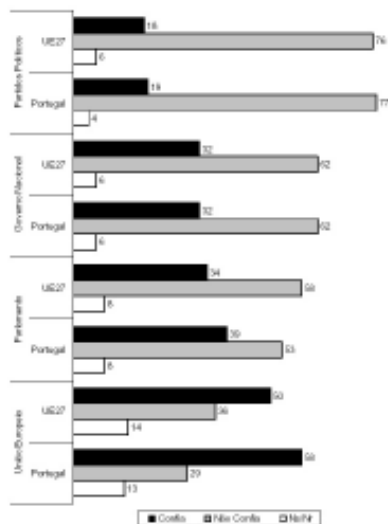
Um dos fenómenos mais mencionados na bibliografia sobre as atitudes políticas nos países industrializados é o da diminuição da confiança nas instituições políticas.

Os resultados deste Eurobarómetro confirmam a existência de uma síndrome de baixa confiança institucional na Europa. Como se verifica no gráfico 2.6, a maioria dos cidadãos portugueses afirma “tender a desconfiar” do parlamento, do governo e (especialmente) dos partidos políticos. Tal como sucedia no Eurobarómetro anterior, contudo, o fenómeno está longe de ser um exclusivo português. Os resultados encontrados para Portugal são muito semelhantes aos verificados na média europeia.

Fenómeno também recorrente é o de a União Europeia inspirar, junto dos cidadãos europeus, maior confiança do que qualquer das suas instituições políticas nacionais.

Portugal não se distingue deste ponto de vista, a não ser no facto de a confiança na EU ser ligeiramente superior à encontrada na média europeia.

**Gráfico 2.6 - Confiança nas instituições políticas nacionais e na UE**

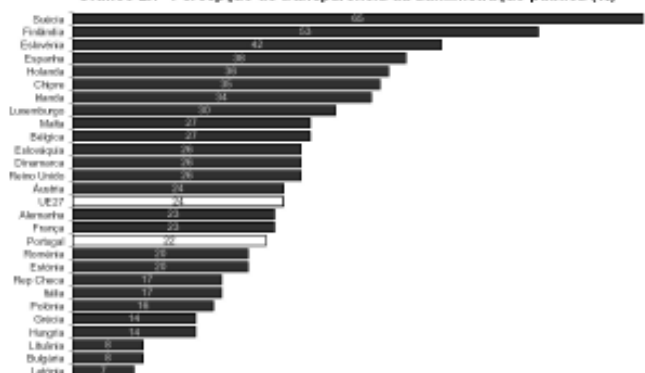


Este Eurobarómetro introduz, contudo, uma pergunta potencialmente mais discriminativa e no que respeita às avaliações do funcionamento do Estado. Ela consistia em saber até que ponto a administração pública portuguesa é vista como “muito transparente”, “transparente”, “não muito transparente” ou “nada transparente” pelos inquiridos.

O gráfico 2.7 mostra a percentagem de inquiridos, em cada país, que classifica a sua administração pública como “muito transparente” ou “transparente”. Apesar de algumas surpresas à luz do que se conhece de outro tipo de indicadores sobre o mesmo tema (o índice da Transparency International ou os indicadores de “Governança e Corrupção” do Banco Mundial) tais como os maus resultados de França, Alemanha ou Dinamarca, Portugal aparece numa posição previsível: inferior à média europeia, junto à maioria dos países da Europa de Leste e aos casos italiano e grego.

De resto, a correlação entre estes valores agregados e o índice de percepção de corrupção da Transparency International para 2007 é de 0,7, um valor elevado que reforça a nossa confiança sobre a validade destas medidas. Veremos já de seguida uma das consequências desta percepção acerca da “qualidade da governação” a nível nacional.

**Gráfico 2.7- Percepção de transparência da administração pública (%)**



### 2.4 Políticas públicas entre o nacional e o supranacional

Uma das questões recorrentes dos inquéritos do Eurobarómetro procura saber a que nível de governo os cidadãos julgam que diferentes problemas devem ser resolvidos.

Mais concretamente, a questão consiste em saber se determinadas políticas devem ser decididas exclusivamente a nível nacional ou no quadro das instituições europeias.





Sabe-se, em primeiro lugar, que há determinados temas que, pela sua natureza intrinsecamente “transnacional”, tendem a suscitar nos cidadãos respostas mais favoráveis à coordenação supranacional das políticas destinadas a lidar com eles. A política externa, o ambiente e a criminalidade organizada são exemplos clássicos desse tipo de temas. Em segundo lugar, sabe-se também que o grau de apoio à “europeização” das políticas tende a variar de país para país. Por um lado, países cujas instituições de governo nacional sejam vistas como menos eficazes, fiáveis ou transparentes pelos seus cidadãos, tendem também a ser aqueles onde o apoio à transferência das decisões para um nível supranacional é maior. Por outro lado, países menos desenvolvidos tendem a apoiar mais a harmonização de algumas políticas públicas, nomeadamente as que envolvem mais recursos financeiros e sugerem que, a haver “europeização”, ela resultará numa harmonização a um nível “médio” mais elevado do que aquele de que esses países gozam actualmente com base nos recursos – mais escassos – dos seus próprios países.

O gráfico 2.8 mostra, para cada tema, em Portugal e na média dos 27 países da UE, o saldo entre as respostas favoráveis e desfavoráveis à “europeização” de uma série de políticas públicas. Valores positivos significam que há mais cidadãos que apoiam essa europeização do que aqueles que a ela se opõem, enquanto valores negativos significam o inverso.

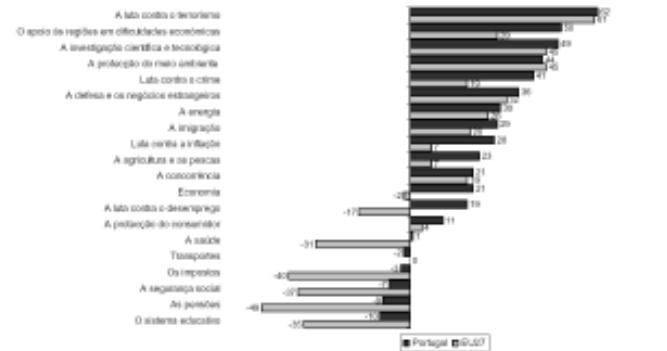


Há vários aspectos relevantes destes resultados. Em primeiro lugar, note-se como os casos em que os valores de apoio à europeização das políticas públicas são elevados, quer em Portugal quer na média europeia, são os da luta contra o terrorismo, da investigação científica, do ambiente, dos negócios estrangeiros e da defesa, da energia e da imigração. Por outras palavras, são áreas onde os benefícios da europeização em termos de economias de escala e da capacidade de lidar com problemas intrinsecamente “transnacionais” são mais evidentes, e por isso mais consensuais entre diferentes opiniões públicas domésticas.

Em segundo lugar, note-se como o apoio à “europeização” é maior em Portugal do que na média europeia em 19 das 20 políticas em que a questão foi colocada. Por outras palavras, encontramos aqui um padrão familiar, através do qual países onde a “qualidade” e “transparência” da governação doméstica é vista como inferior (veja-se a secção anterior) tendem a exhibir maior apoio à partilha de soberania no quadro europeu.

Finalmente, as maiores discrepâncias entre o nível de apoio à europeização concedido em Portugal e aquele que se detecta na média europeia dão-se em temas como “a saúde”, “os impostos”, “a segurança social”, “as pensões” e a “luta contra o desemprego”. Ou seja, todas elas são áreas das políticas públicas que movem elevados recursos financeiros e onde, na base de um raciocínio utilitário, cidadãos de países menos desenvolvidos tendem a ver benefícios na harmonização de políticas com as adoptadas em países mais ricos. Desta forma, os resultados deste Eurobarómetro parecem confirmar as várias hipóteses que a

**Gráfico 2.8 - Apoio à “europeização” de políticas públicas (saldo em pontos percentuais)**



bibliografia relevante apresenta sobre os factores que estão por detrás de um maior ou menor apoio à “europeização” das políticas.

## 2.5 Estratégias de comunicação

Não há muito para acrescentar a este nível em relação ao que tem sido avançado em estudos anteriores. A opinião pública portuguesa continua mergulhada num profundo pessimismo acerca da situação económica e social do país, acrescido agora de um factor novo: pessimismo acerca da situação financeira pessoal futura, aparentemente ligado a uma maior preocupação com os aumentos dos preços dos bens de consumo.

À luz dos desenvolvimentos recentes, é notável a sintonia das opiniões públicas europeias •incluindo a portuguesa •aos sinais objectivos da economia.

Do ponto de vista do decisor interessado em comunicar valores favoráveis ao processo de integração europeia, estes dados não são, em si mesmos, preocupantes. Apesar (ou por causa?) deles, os portugueses continuam a depositar mais confiança na UE do que nas instituições políticas nacionais e a ser mais defensores da “europeização” das políticas públicas do que a média dos europeus. Contudo, importa notar que há discrepâncias entre as prioridades dos portugueses e aquilo que julgam que a UE pode ou deve fazer. As matérias onde se deseja maior “europeização” são aquelas que são vistas como menos importantes, ao passo que as grandes prioridades são ainda vistas como domínio tendencialmente exclusivo – apesar de menos do que na média europeia – dos governos nacionais. Matérias de saliência recente •como a inflação e, em particular, o preço dos combustíveis •ou mais antiga •como o desemprego •constituem uma oportunidade para a afirmação de “soluções europeias” que possam aumentar, também aí, a percepção de que estes problemas não têm soluções exclusivamente domésticas.

## Sócrates e o IMI

Ricardo Rio (\*)

O Primeiro-Ministro José Sócrates aproveitou o tempo de antena que a estação pública de televisão lhe deu por forma a poder fazer marcação directa à entrevista da véspera da líder da Oposição para anunciar que irá avançar com um pacote fiscal de protecção às famílias mais carenciadas.

Embora sem adiantar mais dados concretos, o Primeiro-Ministro avançou já que uma das medidas passará pela revisão dos valores máximos do IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis, de forma a evitar “aumentos anuais de 15 por cento desta receita cobrada pelas Autarquias” como se verificou nos últimos anos em Municípios como Braga.

No cômputo geral do País, fiscalistas como Vasco Valdez estimam que a subida dos valores arrecadados com o IMI possa ter crescido cerca de 50% entre 2003 (ano da Reforma da Tributação do Património) e 2007.

Também na mesma linha, os vários Anuários Financeiros dos Municípios Portugueses têm apontado no sentido de um crescimento das Receitas Próprias das Autarquias e, em especial, de uma crescente proveniência de verbas de impostos como o IMI.

A bem da verdade, cumpre explicitar que são vários os mecanismos implícitos à Reforma da Tributação do Património e à própria mecânica de funcionamento deste imposto que têm vindo a contribuir para que o IMI se assumia como uma verdadeira “galinha dos ovos de ouro” para algumas Autarquias, especialmente as de média/alta dimensão.

Nesta última vertente, recorde-se que o IMI vai sendo progressivamente aplicado a mais imóveis (por via do fim dos períodos de isenção), o que tem vindo a acontecer também de forma cada vez mais célere atendendo a que a nova Lei encurtou os prazos de isenção anteriormente vigentes (de 10 para 3 ou 6 anos, de acordo com o valor tributável do Imóvel).

Por outro lado, à medida que os imóveis são transaccionados, procede-se à sua reavaliação, o que mais contribui para o aumento da base tributável, independentemente de poderem vir a beneficiar numa fase inicial do referido período de isenção.

Há, finalmente, um outro aspecto nada negligenciável no processo: consciente do impacto que este processo teria na carteira dos proprietários dos imóveis, o legislador impôs o estabelecimento de uma cláusula de salvaguarda, um mecanismo que tem impedido o aumento abrupto anual dos valores a pagar do IMI por cada proprietário, representando o tecto máximo de aumento em cada ano fiscal.

Quer isto dizer que, por mais que a aplicação directa da taxa em vigor em certo Município ao valor tributável do imóvel pudesse representar uma quantia muito elevada, o contribuinte apenas pagaria um valor inferior, próximo do que pagava inicialmente, acrescido da verba estabelecida como a dita cláusula de salvaguarda (120 Euros para 2008).

Acontece que se compararmos os valores pagos inicialmente como Contribuição Autárquica e os que hoje são liquidados como IMI (incluindo esses tectos de aumento anuais já acumulados, pode existir uma diferença significativa).

Em suma, mesmo num cenário de manutenção das taxas, a tendência natural era para os contribuintes pagarem cada vez mais IMI e para as receitas das Autarquias aumentarem de forma muito significativa.

Diga-se, até, que esta situação teria/terá o seu apogeu no ano de 2009, altura em que a cláusula de salvaguarda é totalmente suprimida.

Se, indiscutivelmente, um dos méritos da Reforma da Tributação do Património foi o de conferir maiores poderes tributários às Autarquias, dando-lhes a possibilidade de fixar as taxas para estes impostos, na expectativa implícita de que caberia aos eleitores ajuizar as políticas fiscais encetadas pelos seus Autarcas (até porque “liberdade” nunca equivale a “ter que fixar taxas máximas ou próximas disso”), esperava-se que esses Autarcas gerissem essa possibilidade com bom senso e razoabilidade, adaptando essas taxas à evolução da cobrança e da conjuntura económica envolvente.

Daquilo que tem sido a experiência prática deste fenómeno, constata-se porém que os Autarcas optaram, numa fase inicial, por aplicar as taxas máximas permitidas, numa lógica de defesa contra os possíveis impactos adversos da Reforma (que nunca ocorreram).

Com o passar dos anos, à medida que se percebeu que as suas receitas cresciam exponencialmente e que se mantêm as perspectivas de aumento da receita à luz dos factores já enunciados, a descida das taxas do IMI começou a verificar-se de forma generalizada, ainda que aqui e ali com uma expressão mais envergonhada.

Hoje, a cada vez mais rara fixação de taxas do IMI próximas dos seus máximos legais serve apenas para cobrir os desequilíbrios financeiros das



Autarquias, a expensas dos Municípios, num período em que as difíceis condições económicas e sociais que subsistem mereceria uma atitude de salvaguarda das poupanças dos cidadãos economicamente mais frágeis, como já demonstra um número significativo de Autarquias um pouco por todo o País.

A decisão de José Sócrates é, pois, uma medida extremamente demagógica e que enferma de um erro recorrente deste Governo: à medida que dá a crer que está a reforçar as competências dos Municípios desenvolve inúmeras iniciativas que atentam contra a sua autonomia, restringindo-lhes o acesso a recursos financeiros.

Mais, a decisão do Primeiro-Ministro é, também, um atestado de menoridade aos Autarcas, acusando-os implicitamente de não saberem gerir os seus recursos no respeito por aqueles princípios e fazendo pagar os justos pelos pecadores.

Para cúmulo, ao actuar directamente sobre as taxas, e à luz dos factores já referidos, pode até verificar-se uma situação em que não só os contribuintes não pagarão menos IMI, como as Autarquias não irão perder nas receitas globais arrecadadas com este imposto.

O facto de a medida ser anunciada na TV, sem fundamentação e sem discussão prévia com os visados, é só mais uma questão de estilo.

PS – Como parece claro, salvo em situações excepcionais, as taxas do IMI devem descer. Mas tal deve acontecer por uma via de uma decisão dos seus Autarcas e não pela intervenção tutelar de quem parece ter mais facilidade em abdicar do dinheiro que os outros gerem do que daquele que é gerido por si. - (\*) **Economista, Presidente a CPS de Braga, Correspondente do “Povo Livre”**



# O Chão da Lagoa e o seu significado

Alberto João Jardim (\*)



Todos os anos, no último domingo de Julho, os autonomistas sociais-democratas madeirenses organizam a Festa do Chão da Lagoa.

Também Festa da Autonomia e Festa da Liberdade, na medida em que se trata de uma grande manifestação do Povo Madeirense em prol da Autonomia Política conquistada após mais de cinco séculos de regime tipo colonial.

E mais de cinco séculos em que à volta de dois terços do produzido pelo suor do Povo Madeirense foi canalizado para Lisboa, conforme documentação histórica comprovativa.

Mas, perante isto, ainda alguns têm a desfaçatez e a desonestidade intelectual de afirmar que são os residentes no arquipélago que vivem à custa do Continente!...

Não calculam, ou talvez, sim, o façam dolosamente, quanto campanhas como essa, em termos da realidade penosa da História da Madeira desde a «descoberta» oficial, tais campanhas vêm afectando a coesão nacional.

Nenhum povo, consciente do que sofreu durante séculos – ainda teve de pagar uma taxa adicional, investida em obras públicas no Continente, como «castigo» pela Revolta da Madeira, em 1931, contra a ditadura – nenhum povo admite ser chamado de «chulo», mais a mais após tanto tempo vítima de extorsão.

A propósito, sobre a Revolta da Madeira, é bom recordar a participação decisiva de Militares madeirenses, bem como a sua impossibilidade se o Povo Madeirense não tivesse aderido, aliás como a outros momentos revoltosos locais que a antecederam.

Recordar que, ao estar a Madeira, nessa Revolução, vinte e oito dias sem a possibilidade de Lisboa exercer o poder, se tratou da mais longa e eficaz revolta contra a ditadura, antes do 25 de Abril.

Claro que, depois do 25 de Abril, em Lisboa, afinal eram todos anti-fascistas, só haveria um fascista, o Dr. Salazar, o que não nobilita a inteligência de milhões, na medida em que o homem, sozinho, deu para controlar o País durante quarenta anos!...

E com uma Lisboa destas, mai-la muita da sua «classe política», depois admiram-se de o País estar assim...

A Revolução da Madeira de 1931 serviu de lição.

Para o Povo Madeirense, de certeza.

Hoje, em pleno século XXI, não é pela força que se resolvem os problemas, muito menos por parte de quem não a tem. É pelas regras democráticas e pela observância da legalidade, por muito má que esta seja. Gandhi ensinou a não-violência e a resistência pacífica.

O único momento após 1931 que, na Madeira, foi excepção a esta linha, tratou-se de, no chamado PREC «revolucionário» 74-75, imperar a necessidade de ajudar a evitar uma ditadura comunista em Portugal.

Hoje, com o regime constitucional e a integração na União Europeia, por muitas provocações que se sucedam, a ver se perdemos a cabeça, a Madeira não sairá do cânon legal e democrático, até para, incluso no plano do Direito Internacional, não perdermos a legitimidade da nossa Razão e dos nossos Direitos.

A Festa do Chão da Lagoa e a «festa do Avante» são as duas maiores celebrações políticas que, com regularidade anual, se fazem no País. Mas enquanto a frequência da festa «comuna» é o somatório de vários dias num universo de dez milhões de habitantes, o Chão da Lagoa reúne trinta a quarenta mil pessoas num só dia, num universo de apenas nem sequer trezentos mil residentes.

Convidamos os que estejam de férias na Madeira, a também lá ir, pois gostarão. E compreenderão bem a idiossincrasia madeirense.

É absolutamente normal, um Povo celebrar as Liberdades conquistadas e se mobilizar para o que ainda falta de reconhecimento dos Seus Direitos.

É um Direito democrático a expressão de pontos de vista diferentes dos oficiosos, estes constituindo uma espécie de quase «pensamento único», imposto em Lisboa e para fora de Lisboa.

É um Direito o Povo Madeirense não querer ser «politicamente correcto» à maneira de Lisboa.

Tudo bem, tudo normal.

Excepto para Lisboa, que não aceita tal.

Pois bem. Não gostam... não gostem! Por cá, não mudamos, nem temos a obrigação de lhes fazer a vontade. Somos tão Portugueses, com exactamente os mesmos Direitos que «suas senhorias».

Mas, por favor, respeitem o Direito à Diferença!

Não movam represálias, nem instrumentos repressivos! É tão feio...

E então os agentes que a tal se prestam!...

Não deturpem, nem mintam! É tão desonesto...

Sobretudo, não afectem mais a coesão nacional da Pátria comum, do que neste momento já conseguiram afectar!

Nunca estive tão longe... (\*) *Presidente da CPR, Presidente do Governo Regional da Madeira*

Notícias de Aveiro

## Terceira edição da Feira do Sal é um sucesso

A Câmara Municipal de Aveiro realiza a terceira edição da Feira de Sal de Aveiro nos dias 18, 19 e 20 de Julho, das 10.00 às 19.00 horas, no Largo do Mercado Manuel Firmino.

A inauguração da Feira de Sal de Aveiro acontecerá pelas 10.00 horas, no Largo do Mercado Manuel Firmino. A mostra poderá ser visitada nos dias 18, 19 e 20 de Julho, das 10.00 às 19.00 horas, no espaço exterior do Mercado Manuel Firmino.

Pela terceira vez, a Câmara Municipal de Aveiro organiza a Feira de Sal que contará com as participações de diversas localidades que virão apresentar o sal e seus derivados pelos antigos e actuais produtores de sal: Aveiro far-se-á representar pelo Ecomuseu Marinha da Troncalhada, “Sal Flor da Ria” e “Vitasal”; a cidade da Figueira da Foz através da “Casa de Sal Eiras Largas”; o armazenista “Sal Flor da Ria” estará em representação de Alcácer do Sal; Ovar estará presente enquanto antigo “Centro Produtor de Sal” (Rancho Folclórico da Ribeira de Ovar); Rio Maior através da “Cooperativa de Produtores de Sal”; o produtor biológico “Planta do Xisto” com sal de Castro Marim; um produtor de Sal de Setúbal; e um representante de Itália.

Para além das representações referidas haverá em exposição uma pequena marinha de sal construída com os materiais adequados e utilizados no salgado aveirense, bem como um monte de sal marinho que poderá ser observado. A Feira será animada com a formação “Os Pés de Sal” que decorrerá no Ecomuseu Marinha da Troncalhada que permitirá aos visitantes o contacto directo com a actividade salícola.

No dia 19 de Julho, serão



organizadas três palestras subordinadas ao tema da Ria de Aveiro, das 9.00 às 12.00 horas, no Museu da Cidade. “A Sustentabilidade da Ria de Aveiro” é a primeira intervenção que estará a cargo de Fátima Alves do Departamento de Ambiente da Universidade de Aveiro. de seguida, por volta das 10.00 horas, Manuel António Coimbra do Departamento de Química da Universidade de Aveiro irá falar sobre “A Alga Vermelha da Ria de Aveiro e as suas potencialidades com o Fonte de Agar”. Por último, Lília Santos do Departamento de Botânica da Universidade de Coimbra irá abordar “Microalgas: Matéria-Prima do Futuro. Métodos de Cultivo”.

### “Fabrico Tradicional do Adobe”

Decorreu em Aveiro, no Sábado passado, na freguesia de Requeixo (junto à Ponte de ligação entre Requeixo e Ois da Ribeira), a

Recriação Histórica do “Fabrico Tradicional do Adobe”.

Organizada pela Câmara Municipal de Aveiro, com o apoio das Juntas de Freguesia de Requeixo e de Oliveirinha, da Universidade de Aveiro, do Grupo Cultural e Etnográfico de Requeixo, do Grupo Cénico Cantares da Ria, do Rancho Folclórico do Rio Novo do Príncipe e do Rancho Folclórico do Baixo Vouga, a recriação histórica contou com a participação de diversos figurantes trajados à época.

No início da actividade foi feita uma abordagem das construções de terra no mundo e em Aveiro por Luís Santiago, mestre em Estudos de Areiros da Universidade de Évora, seguida de uma visita guiada à exposição “Rostos e Testemunhos de Antigos Operários dos Barreiros” patente no Centro de Convívio de Idosos, em Requeixo.

Importa referir que os grupos participantes na recriação representavam, através da divisão de trabalho, as diferentes fases do fabrico tradicional de adobe de terra, dos adobes de zorrão vermelho (areia vermelha de Eiról ou de Travassô) e de areia e cal churra. Para além do fabrico do adobe, serão desenvolvidas outras actividades: no cais será representada a descarga das lamas e do moliço, a venda de peixe aos requeixenses, por parte dos murtoseiros, será demonstrado o transporte das pessoas em lancha para a Festa da Nossa Senhora da Saúde, a saída dos adobes em lanchas, a pesca de candeio e à figa, entre outras acções. No final, houve um almoço tradicional (sopa à lavrador, fritada de peixe da Pateira de Requeixo, rojões tradicionais, aletria e fruta).

A Recriação Histórica do “Fabrico Tradicional de Adobe” teve como objectivos sensibilizar para uma possível revitalização do fabrico do adobe e, simultaneamente, permitir que a reabilitação do reboco das casas e muros de adobe, se faça de forma conveniente, isto é com o mesmo material e não o cimento.

### “Verão 5 Estrelas”

Continua a realizar-se a Campanha de Sensibilização “Verão 5 Estrelas”, que começou no dias 11, e segue pelos dias 25, 26 de Julho, 8, 9, 22 de Agosto e 19 de Setembro, das 10.00 às 12.30 horas, na Praia de São Jacinto.

A Campanha de Sensibilização realiza-se no âmbito da Campanha Bandeira Azul e é organizada pela SUMA – Serviços Urbanos e Meio Ambiente S.A. e Câmara Municipal de Aveiro. “Verão 5 Estrelas” pretende apelar à adopção de atitudes favoráveis à preservação do ambiente, através de simples gestos de cidadania.

A estratégia de mobilização comportamental remete para a certificação dos alvos em função da análise por observação directa e por resposta a um questionário de resposta directa, de forma a possibilitar o reconhecimento dos banhistas que exercem os seus deveres de cidadania e que se podem constituir como elementos de referência comportamental.

A referida campanha faz recurso às habituais metodologias de contacto pró-activo, em que a abordagem directa corresponde ao formato privilegiado de transmissão de informação de sensibilização. – **Gab. Imp. C. M. Aveiro**





Notícias de Cascais

# Câmara mais próxima do cidadão: candidaturas ao QREN aprovadas!

No âmbito do Sistema de Apoio à Modernização Administrativa, Cascais viu aprovadas as suas três candidaturas ao Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), concretamente os projectos Cascais Mais Perto, Cascais Mais Simples e Cascais Mais Inovador, integrados no Programa CASCAIS MAIS, todos orientados para uma maior proximidade entre os serviços municipais e o cidadão.

## CASCAIS MAIS PERTO

Tem como âncora a ferramenta CRM - Citizen Relationship Management, alterando o enfoque da actividade municipal do processo para o Cidadão ou Entidade. Permitirá, assim, um atendimento personalizado, no quadro de conceito de Balcão Único e sistema multi-canal, integrando todas as áreas municipais e permitindo identificar todas as interações e processos de cidadãos e entidades. Este projecto agrega, desde logo, um primeiro projecto de desmaterialização de processos, através de uma solução inovadora de digitalização, na área do urbanismo, identificada como especialmente relevante no relacionamento do cidadão com os serviços municipais. Esta solução vem permitir a redução de tempos de resposta, a melhoria substancial da qualidade da mesma e ainda a redução de custos.

## CASCAIS MAIS SIMPLES

Consiste na simplificação dos procedimentos e melhoria dos fluxos internos ao nível do back-office, através de reengenharia de processos. Esta simplificação assenta no desenvolvimento de novos métodos de trabalho, eliminação de tarefas sem valor acrescentado, redundâncias e



sobreposições e criação de fluxos de informação mais simplificados. Trata-se de um projecto essencial ao êxito dos restantes projectos que, para além de uma forte componente de motivação interna, visa sobretudo facilitar a vida de cidadãos e entidades que cada vez mais frequentemente nos procuram e necessitam dos serviços municipais.

## CASCAIS MAIS INOVADOR

Tem subjacente a criação de dois novos portais de serviços: um de Intranet e outro de Internet. O primeiro é especificamente dirigido à organização interna da Câmara Municipal e irá permitir uma melhor comunicação interna, trabalho em rede e desmaterialização de processos internos, com recurso ao Cartão do Cidadão para autenticação electrónica.

O novo portal Internet proporcionará o acesso a um conjunto de serviços on-line que beneficiará ainda da utilização, pela Câmara Municipal, da plataforma de serviços comuns a disponibilizar pela Administração Central, igualmente associada à utilização do Cartão do

Cidadão. – Gab. Imp. CM Cascais, Fotos Luís Bento

## XXII Feira do Livro de Cascais

Promover o livro e incentivar o gosto pela leitura é o objectivo da XXII edição da Feira do Livro de Cascais, que vai marcar presença no Jardim Visconde da Luz, em Cascais, de 18 de Julho a 3 de Agosto.

Com mais de duas décadas de existência, a Feira do Livro de Cascais é já uma tradição nas iniciativas de Verão do concelho. Este ano, o certame conta com a participação de mais de 25 editoras e livreiros que apresentam ao público as suas últimas novidades.

As obras editadas pela autarquia estarão igualmente disponíveis aos visitantes.

Editores e livreiros presentes: Pergaminho Distribuidora, FNAC - CascaisShopping, Sodilivros, Oficina do Livro, Difel, Edições Presença, Círculo de Leitores e Bertrand, Martinho Alfarrabista, Miguel Alfarrabista, Casa das Letras, Sofoto Digital Dislivro, J. Rodrigues Representações, Editorial Estampa, Sá da Costa, Publicações Europa-América, D. Quixote, Muncultura, Livraria Santiago, Editorial Verbo, Casa Braga, Arquimedes Livros, Gradiva, Prodídático de Fernando Castro.

Horário:

De 2ª a 5ª feira das 18H00 às 24H00

De 6ª feira a domingo das 17H00 às 24H00

A inauguração da Feira do Livro está marcada para sexta-feira, dia 18 às 5 da tarde e vai contar com a presença de António d'Orey Capucho, Presidente da Câmara Municipal de

Cascais. – Gab. Imp. C.M. Cascais

## Câmara financia recuperação do património

A Câmara Municipal e a Igreja de Nossa Senhora da Assunção assinaram, no dia 11 de Julho, um protocolo para o financiamento do restauro dos altares daquela igreja.

Decorrendo na sacristia da igreja, a iniciativa visa formalizar o apoio prestado pela autarquia à igreja paroquial no âmbito do restauro dos altares da igreja, sendo que a Câmara Municipal assume o pagamento desta intervenção no valor de €123.910,00.

O valioso acervo artístico e cultural da igreja Nossa Senhora da Assunção faz dela um importante pólo de atracção cultural. No âmbito deste protocolo, depois das obras de reabilitação, e sem prejuízo do culto, serão permitidas visitas ao património artístico da igreja.

## Sobre a Igreja N. Sra. da Assunção

Com um acervo constituído por obras de arte de relevante valor artístico e cultural, a Igreja Nossa Senhora da Assunção insere-se num importante pólo cultural do centro histórico de Cascais, constituído pela Cidadela de Cascais, Centro Cultural de Cascais, Museu do Mar-Rei D. Carlos, Museu Paula Rego (em construção) e Casa Sommer (futuro Centro de História Local/Arquivo Histórico Municipal).

Do seu recheio artístico destacam-se várias pinturas, retábulos de talha dourada e o revestimento azulejar dos séculos XVII e XVIII.

Na abóbada da nave pode ser observada uma das pinturas mais emblemáticas desta igreja, a "Assunção da Virgem" (1900), de José Malhoa, cuja tradição diz ter sido realizada a pedido da Rainha D. Amélia.

De realçar também quatro pinturas datadas do primeiro quartel do século XVI, de autoria atribuída ao Mestre da Lourinhã, que representam a "Natividade", a "Adoração dos Magos", a "Virgem da Anunciação" e "Anjo S. Gabriel".

Distinguem-se ainda oito pinturas sobre tela (1672 e 1673) de Josefa d'Óbidos, que representam a "Sagrada Família ou Virgem do Leite", o "Menino Jesus Salvador do Mundo", a série "Vida de Santa Teresa de Jesus" e "Visão de São João da Cruz". – CM Cascais



# Comissão Política Concelhia delibera sobre penhora ao Centro de Dia de Valada e o chumbo do QREN aos Centros Escolares

Face aos factos de o Centro de Dia de Valada estar a ser alvo de uma penhora por parte das Finanças, e os Centros de Escolares de Pontével e Cartaxo/Vila Chã de Ourique terem sido chumbados na sua candidatura ao QREN, a Comissão Política do PSD/Cartaxo, reunida em 4 de Julho último decidiu emitir o seguinte comunicado:

## **SOBRE O CENTRO DE DIA DE VALADA**

1- A obra do Centro de Dia de Valada teve um custo de mais de 400 mil euros, financiados maioritariamente pela Administração Central (através do PIDDAC) e pela Câmara Municipal do Cartaxo;

2- Esta obra foi inaugurada apressadamente em 2005 no decorrer da campanha eleitoral das últimas autárquicas, servindo exclusivamente para fins de propaganda política – partidária, visto que o Centro de Dia só entrou efectivamente em funcionamento em 2007, quando estavam então reunidas todas as condições para o funcionamento;

3- A empresa construtora da obra, a Planotejo, entrou em processo de falência, e as Finanças como principal credor estão a notificar todos os devedores da empresa, que têm um prazo de 30 dias para pagamento dos montantes em dívida, findos os quais a penhora é executada.

4- A Câmara Municipal do Cartaxo – dona da obra do Centro de Dia de Valada – deve à construtora Planotejo um montante de cerca de 20 mil euros, relativos a acertos finais de obra, que a Câmara Municipal ainda não pagou;

Estamos perante mais uma situação em que a gestão ruínosa dos dinheiros públicos por parte da maioria socialista que governa a Câmara Municipal do Cartaxo, põe em causa o normal funcionamento de uma Instituição no concelho do Cartaxo.

Trata-se de um caso absolutamente inédito no concelho, onde a maioria socialista que governa o Município manifesta uma total incúria, uma grave incompetência e uma total insensibilidade social para a defesa dos interesses da população do concelho em geral e da freguesia de Valada em particular.



## **SOBRE O CHUMBO DOS CENTROS ESCOLARES**

5- As recentes informações do executivo municipal, relativas à recusa do QREN em aprovar os Centros Escolares de Cartaxo/Vila Chã de Ourique (a edificar na zona da Cabreira) e de Pontével que tinham sido propostos para financiamento e que têm de voltar a ser candidatados, para beneficiar de fundos comunitários, demonstram – uma vez mais – que esta maioria socialista que gere o Município do Cartaxo é muito mais lesta a fazer anúncios de propaganda do que a resolver de facto as situações;

6- Depois do anúncio pomposo de que estes Centros Escolares eram prioritários, a Câmara Municipal do Cartaxo omitiu deliberadamente, durante várias semanas, o chumbo a estes investimentos e só agora divulga publicamente (depois de ter sido inquirida pelo PSD) a frustração que constitui cada vez mais a sua acção política – **CPS Cartaxo**

## Notícias de Évora

# PSD eborense elegeu nova Comissão Política de Secção



José Palma Rita é o presidente da Comissão Política da Secção de Évora do PSD durante os próximos dois anos, após ter sido reeleito, por larga maioria, nas eleições que, sexta-feira, ratificaram o trabalho político e autárquico desenvolvido pela sua equipa no último mandato.

No acto eleitoral, a que concorreram duas listas, a equipa liderada por José Palma Rita obteve 60,26% dos votos expressos, enquanto a lista encabeçada por Silvino Alinho atingiu 39,74%.

António Dieb (Presidente da Distrital) foi reeleito presidente da mesa da Assembleia de Secção, tendo sido a única lista candidata a este órgão.

Após ter sido eleito, pela segunda vez, José Palma Rita considera refere que “Este resultado é o sinal inequívoco de que os militantes querem estabilidade. Estamos aqui para trabalhar pelo Partido e, por isso, não contem conosco para quaisquer guerrilhas internas”, disse Palma Rita, minutos depois de terem sido conhecidos os resultados.

“O trabalho que temos desenvolvido e vamos prosseguir é construir uma alternativa ao Partido Socialista para ganhar os actos eleitorais de 2009. Contarei com todos os que quiserem trilhar este caminho difícil”, acrescentou ainda.

A equipa da Comissão Política de Secção integra Hélder Rebocho e Carlos Cabo como vice-presidentes e foi renovada em alguns dos vogais que a compõem. Este mandato tem a particularidade de, sensivelmente a meio e em menos de seis meses, concentrar três actos eleitorais, constituindo a elaboração das listas autárquicas o maior desafio por envolver a escolha e coordenação de mais de trezentas pessoas em 19 freguesias. – *Do nosso Correspondente, J.P. Rita*



Notícias do Porto

# Anunciada a renovação da candidatura de Rui Rio à presidência do Município

Rui Rio recandidata-se à Câmara do Porto, foi anunciado pelo líder da distrital do PSD, Marco António Costa, que afirmou à agência “Lusa” garantiu que o PSD irá “recandidatar todos os presidentes de Câmara em exercício (do PSD) que o desejem, conforme a prática corrente dos sociais-democratas.

As distritais do Porto do PSD e do CDS/PP acordaram hoje, antes mesmo da nova direcção nacional do social-democrata ter definido que política autárquica pretende desenvolver, renovar as coligações eleitorais autárquicas que os dois partidos realizam há já vários mandatos no distrito.

Marco António falou sobre o assunto com a Presidente, Manuela Ferreira Leite, numa reunião ocorrida em Lisboa na quinta-feira da semana passada, na ocasião da reunião de todas as distritais do Continente.

Marco António não deu pormenores do encontro pois não lhe compete, mas sim ao porta-voz do partido, falar dos encontros nacionais.

O líder do PSD/Porto lembrou que a autonomia e capacidade de decisão próprias das distritais, se encontram bem definidas no quadro estatutário do partido e que é esse quadro que regula a sua acção.

“Quinta-feira de manhã espero ter uma reunião com o secretário-geral do partido para continuar a trabalhar no processo autárquico”, acrescentou, garantindo “não ver em moções de estratégia ou discursos que haja desacordo com acordos com o CDS”.

Questionado sobre o nome de Elisa Ferreira, que, segundo a comunicação social, o PS se prepara para avançar à Câmara do Porto, Marco António Costa classificou-a como “a candidata ideal para Rui Rio enfrentar”.

“Independentemente do que se



possa afirmar globalmente de Rui Rio, o Porto tem hoje as contas em ordem e obras em curso. Elisa Ferreira é sucessora de Nuno Cardoso e Fernando Gomes. É alguém que a nível político esteve muito ligada a esse trabalho ruinoso; ou que pelo menos nunca se dissociou dele”, disse.

As duas distritais (PSD e CDS) reúnem-se novamente na última

semana de Setembro para discutir propostas mais concretas de coligações, esperando daqui até lá ouvir todas as estruturas locais e instituições independentes.

Mas desde já há optimismo quanto à renovação de acordos no Porto, Matosinhos, Maia, Penafiel, Gaia e Vila do Conde, referiram os dirigentes dos dois partidos, que acreditam que as coligações possam alargar-se a novos concelhos. - **Fonte, Lusa**

## Câmara do Porto apoia concurso que incentiva o uso de vestuário com protecção ultravioleta

A Praia do Homem do Leme foi o cenário escolhido para o anúncio dos vencedores do concurso “Conceitos de Moda e Arquitectura Têxtil para Protecção UV”, iniciativa que contou com o apoio da Câmara Municipal do Porto. O Presidente da CMP, Rui Rio, presidiu à cerimónia, a que assistiu também o Vice-Presidente, Álvaro Castello-Branco, e o Vereador das Actividades Económicas, Protecção

Civil e Recursos Humanos, Manuel Sampaio Pimentel.

O concurso, promovido pelo Centro Tecnológico das Indústrias Têxtil e dos Vestuário de Portugal (CITEVE) e pela Associação Portuguesa de Cancro Cutâneo (APCC), teve mais de 200 candidaturas, das quais só cinco foram seleccionadas para a final. A vitória acabou por recair sobre Dora e Cristina Manso, com o projecto “Alforrecas”.

Para o Presidente da autarquia portuense, “esta é uma iniciativa que continuará a ter o apoio da CMP, nomeadamente junto das escolas, para que os mais novos evitem cometer erros de indevida exposição ao sol”. E porque a cerimónia se desenrolou na Praia do Homem do Leme, que valeu ao Porto, pela primeira vez, a atribuição de uma Bandeira Azul, Rui Rio acrescentaria: “este ano faz mais sentido associarmo-nos a este projecto para que as pessoas saibam utilizar bem as nossas praias”.

O concurso, considerado inédito a nível mundial - por reunir na mesma iniciativa médicos, estilistas, profissionais têxteis e arquitetos - visa alertar a população em geral para os riscos da exposição solar prolongada. Consistiu na apresentação de novas ideias e produtos orientados para a protecção contra a radiação ultravioleta (UV), nas áreas do design têxtil, design de moda, design de interiores e arquitectura. - **CMP**

## Auditório da Biblioteca Almeida Garrett voltou a encher com a segunda conferência sobre Regionalização

O Auditório da Biblioteca Municipal Almeida Garrett voltou a ser pequeno para acolher a segunda conferência do ciclo “Regionalização: uma vantagem para Portugal?”, promovido e organizado pela Câmara Municipal do Porto.

O debate teve como tema “As finanças públicas: nacionais, locais e regionais” e contou com as presenças dos economistas José Costa, António Nogueira Leite e Miguel Cadilhe, além de Rui Rio, Presidente da CMP, na função de moderador.

Na introdução à conferência, que apelidou como uma espécie de “segundo Seminário do nosso curso”, o autarca assumiu-se, em tom jocoso, como “um dos alunos mais atentos”, dadas as dúvidas que esta problemática ainda lhe suscita.

Aproveitou, por outro lado, para



esclarecer que as críticas que horas antes havia feito à disparidade de critérios de atribuição de verbas do Estado não tinham visado os alegados 400 milhões de euros canalizados para a recuperação da frente ribeirinha de Lisboa, mas sim o facto de não ter sido atribuído um único euro para idêntico projecto no Porto, num dia, aliás, em que foram entregues pela CMP os prémios do concurso internacional de ideias para a requalificação daquela zona ribeirinha da cidade.

### Regionalização tem de ser acompanhada pela descentralização fiscal

fiscal, para que os benefícios da regionalização superem os seus custos”, advogou.

A fixação de regras claras e limites ao endividamento com a consequente penalização pelo seu não cumprimento afigura-se, para aquele especialista, de “importância vital” com vista ao êxito do processo.

### Limite constitucional à despesa pública no PIB

Por seu lado, António Nogueira Leite, para além de corroborar o que fora apontado pelo primeiro orador sobre a descentralização fiscal, não escamoteou a polémica ao defender “um limite constitucional à despesa

burocratas que se encontram a um nível intermédio e que tentam interpretar regionalmente políticas nacionais”, afirmou Nogueira Leite.

### Desequilíbrio e macrocefalia justificam necessidade de regionalizar

Adepto confesso da regionalização, Miguel Cadilhe foi enfático no tom e claro na mensagem: “O desequilíbrio e a macrocefalia do país acabaram por demonstrar, flagrantemente, que a ideia da regionalização era uma ideia legítima, justificada e necessária, que podia ser e que, portanto, deveria ter sido”.

regionalização/descontrolo/despesismo.

“Portugal é o país mais centralizado da OCDE”, referiu, acusando o centralismo de ser “uma entorse ao desenvolvimento, que os políticos têm o dever de contrariar”.

Afirmando que as Regiões Autónomas dos Açores e Madeira “representam um sucesso relativo”, Miguel Cadilhe atribuiu as derrapagens financeiras e orçamentais ao “demérito do centralismo, por não ter sido capaz de controlar eficazmente o seu cumprimento”.

“As Regiões Autónomas podem ter dívidas e derrapagens, mas têm obra feita, ao contrário do que muitas vezes se verifica em algumas regiões do Continente”, declarou.

Este conhecido economista criticou, também, a falta de capacidade reivindicativa, que, em sua opinião, seria necessária para contrabalançar o centralismo. “O Norte estaria bem melhor se tivesse havido condições para que esse poder de contrabalanço se tivesse verificado ao longo dos últimos decénios”, constatou.

Corroborando a necessidade de fazer acompanhar o processo de regionalização pela descentralização fiscal, Miguel Cadilhe apontou como um dos grandes argumentos pelo sim a “maior responsabilização dos políticos e burocratas junto dos cidadãos”.

“Assim se tenderia a reduzir ineficiências e desperdícios na afectação dos recursos, tendendo a evitar agravamentos de impostos descentralizados”, observou.

Embora pessimista quanto à capacidade de o Estado - entendido como sector público administrativo, conforme sublinhou - se auto-regenerar e reformar, Cadilhe deixou, no entanto, uma importante ressalva: “Tal será possível, se deixarmos aberta uma porta que seja um grande, sério, pretexto para o Estado se reformar. E essa porta pode muito bem ser a regionalização”.

“Se for bem feita, se for sujeita a apertado enquadramento financeiro e a bons controlos centrais, se for dotada de instituições de qualidade, se encontrar bons líderes (e porque não há-de encontrá-los?), a regionalização pode revelar-se como o melhor caminho para a auto-reforma do Estado da Administração em Portugal, esse contrapeso da produtividade nacional, que não deixa a Economia respirar e que saca recursos para os reafectar, muitas vezes de modo muito pouco produtivo e até mesmo improdutivo”, afirmou, antes de concluir:

“As regras europeias do défice de dívida, conjugadas com uma descentralização política e com um forte, temível, controlo central, trarão menos Estado, menos despesa pública total, menos impostos (menos carga fiscal, portanto) a um país mais desenvolvido e equilibrado. É uma convicção minha, que decorre dos tratados de Economia e Finanças Públicas”. - CMP



A necessidade de implementar uma política de descentralização fiscal que acompanhe o processo de regionalização foi uma das tónicas mais marcantes da intervenção de José Costa, catedrático da Faculdade de Economia do Porto, defensor “desapaixonado” da descentralização administrativa do país.

“Só se verificarão efeitos positivos da regionalização, se esta for acompanhada por alguma descentralização fiscal”, afirmou o especialista, que invocou diversos argumentos favoráveis, como, por exemplo, “a existência de preferências diferenciadas dos eleitores”, o que, na sua óptica, “permite a concorrência entre os diversos governos sub-nacionais e a generalização de boas práticas”.

José Costa citou vários estudos para concluir que “quando a despesa dos governos sub-nacionais é financiada com receitas fiscais próprias, a dimensão do sector público, a nível central, tende a ser menor na exacta medida da dimensão do sector público a nível sub-nacional”.

“No centro do debate devem, pois, estar as condições de natureza institucional e de descentralização

pública total no PIB”.

Para este professor catedrático da Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa - que sempre se assumiu como um firme adversário à regionalização, mas que hoje se mostra muito mais aberto e disponível à sua discussão, como ele próprio confessou - o “claríssimo acréscimo das assimetrias regionais” justifica um debate aprofundado quanto às suas vantagens.

“Durante muito tempo, o medo de que a regionalização trouxesse um ainda maior desequilíbrio às nossas finanças públicas foi um óbice a uma posição favorável, designadamente por parte das pessoas oriundas da escola das Finanças Públicas”, declarou o conferencista, que, no âmbito de uma análise mais aprofundada à situação do país, não hesitou em denunciar o facto de que as medidas adoptadas pelo actual Governo levarão a que, daqui a 20 anos, as reformas sofram uma redução de 25 a 30%”.

“A diferenciação das políticas a nível regional serão mais genuínas e proveitosas se tiverem o contributo dos eleitores a nível regional do que se deveriam fazer em termos de colmatar as dificuldades, por parte dos

Apesar dos seus efeitos positivos, não constitui, todavia, na sua óptica, um projecto exequível a curto prazo, porque - explicou - “os políticos centrais definitivamente detestam a regionalização”.

Criticando abertamente a “astúcia” política dos adversários da divisão administrativa do país, o ex-Ministro das Finanças desmontou a tese de que, para ser competitivo, Portugal deve apostar no centralismo e na concentração, ao mesmo tempo que desmistificou a trilogia da





Notícias dos Açores

# Líder do PSD defende revisão da Constituição

O líder do PSD/Açores defendeu a necessidade de o partido colocar a revisão da Constituição na agenda política, depois do Presidente da República ter pedido a fiscalização preventiva da constitucionalidade do Estatuto Político-Administrativo da região.

Carlos Costa Neves falava no encerramento de uma cimeira que juntou, na cidade de Ponta Delgada, ilha de São Miguel, deputados sociais-democratas dos Açores e da Madeira.

Segundo disse, caso o Tribunal Constitucional declare a inconstitucionalidade do novo Estatuto dos Açores, aprovado por unanimidade nos parlamento Regional e Nacional, será necessário proceder aos “ajustes necessários”.

Mas, “ao mesmo tempo, não ficar satisfeito e introduzir na agenda política nacional a revisão constitucional”, afirmou o presidente do PSD/Açores.

“É a Constituição que tem de se moldar às dinâmicas da sociedade, neste caso, às dinâmicas da autonomia”, salientou Costa Neves, para quem a comissão parlamentar de revisão do Estatuto tem, também, de “retomar, imediatamente, o seu trabalho”.

Num processo que decorreu ao longo de vários meses, o Estatuto dos Açores sofreu uma profunda alteração na sequência da revisão da Constituição Portuguesa de 2004, que reforçou os poderes legislativos das regiões autónomas portuguesas.

No início deste mês, o Presidente da República requereu ao Tribunal Constitucional a fiscalização preventiva da constitucionalidade do decreto da Assembleia da República que aprovou esta terceira revisão do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores.

No encerramento do encontro de parlamentares, Costa Neves voltou a responsabilizar o PS na Assembleia de República de “impor as suas condições sem qualquer negociação” ao nível das propostas de alteração, o que provocou a decisão de Cavaco Silva.

“O PS, fiel à sua natureza centralista reconhecida através de décadas de autonomia, atirou para o Presidente da República a questão da limpeza constitucional” do documento, acusou o dirigente social-democrata

Segundo disse, esta foi a forma de se “libertarem de confrontos internos de



socialistas de Lisboa contra socialistas dos Açores”.

Na altura, Cavaco Silva explicou que cumpriu “bem” a sua missão ao pedir a fiscalização preventiva do Estatuto da Região Autónoma dos Açores, após pareceres de juristas que apontaram várias inconstitucionalidades.

“Quando tomei posse como Presidente da República jurei cumprir e fazer cumprir a Constituição. Não estaria a desempenhar bem a minha missão se não o fizesse”, disse Cavaco Silva.

O Chefe de Estado precisou que ouviu “vários juristas” que “apontaram várias inconstitucionalidades” e salientou: “Eu não seria um bom Presidente da República se não pedisse esclarecimentos da parte do Presidente do Tribunal Constitucional”.

## Agricultores ainda com “ajudas por receber”

O PSD/Açores denunciou as “constantes e repetidas” contrariedades do processo de pagamento das ajudas aos agricultores da região, com datas “repetidamente a não serem cumpridas e implicando dificuldades em toda a economia dos Açores”, diz aquela força partidária.

O assunto motivou um requerimento do deputado António Ventura, que se centra em saber “quantos agricultores, até à presente data, não receberam ainda as ajudas referentes à manutenção da actividade agrícola em zonas desfavorecidas e às medidas agro-ambientais”, querendo ainda o parlamentar esclarecimentos sobre a existência “de outras ajudas em atraso, as razões que levam a esse atraso e as datas programadas para regularizar a situação”.

Segundo o responsável do PSD/Açores para a agricultura, o governo regional sempre afirmou, “independentemente de serem ajudas directas ou não, que seriam todas pagas até 30 de Junho”, pelo que António Ventura considera que “uma vez mais, se tratou de uma afirmação desprovida de verdade, dado que existem agricultores que ainda não receberam algumas ajudas comunitárias” e nem sabem “quando as irão receber”, acrescentou.

Em concreto, refere o documento enviado à assembleia legislativa, “existem agricultores que não receberam as ajudas relativas à manutenção da actividade agrícola em zonas desfavorecidas e relativas às medidas agro-ambientais”, pelo que, confrontados com tais contrariedades, se sentem, “negativamente, afectados



na previsibilidade, na competitividade e na sustentabilidade da sua actividade”, diz ainda o deputado.

Acresce a tudo isso o facto de “atravessarmos um momento em que se regista uma subida dos factores de produção”, pelo que as referidas ajudas “ganham maior importância no orçamento das explorações”, devendo a agricultura “ter confiança nas instituições públicas para usufruir de factores de produção baratos para poder ter bons solos, o que raramente vai acontecendo”, afirma António Ventura.

### Requerimento

Ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, os Deputados subscritores solicitam os seguintes esclarecimentos:

Várias têm sido as contrariedades que ocorrem no processo de pagamento das ajudas aos Agricultores, com datas repetidamente a não serem cumpridas, implicando dificuldades em toda a economia dos Açores.

O Governo Regional sempre afirmou, independentemente de serem ajudas directas ou não, que todas as ajudas seriam pagas até 30 de Junho de 2008.

Mais uma vez esta foi uma afirmação desprovida de verdade, existem Agricultores que ainda não receberam algumas ajudas comunitárias e nem sabem quando irão receber.

Em concreto existem Agricultores que não receberam as ajudas relativas à Manutenção da Actividade Agrícola em Zonas Desfavorecidas e às Medidas Agro-Ambientais.

Confrontados com estas complicações, os Agricultores sentem-se, negativamente, afectados na previsibilidade, na competitividade e na sustentabilidade da sua actividade.

Tudo isto acontece num momento em que em que se regista uma subida dos factores de produção e, portanto, são ajudas que ganham maior importância no orçamento das explorações.

Hoje em dia em Agricultura ter confiança nas instituições públicas é tão importante como ter factores de produção baratos ou ter bons solos.

Ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, os Deputados subscritores solicitam os seguintes esclarecimentos:

- 1- Quantos Agricultores, à presente data, ainda não receberam as ajudas referentes à Manutenção da Actividade Agrícola em Zonas Desfavorecidas e às Medidas Agro-Ambientais?
- 2- Existem outras ajudas em atraso? Se sim quais?
- 3- Qual a razão deste atraso?
- 4- Quando serão pagas as ajudas em atraso aos Agricultores? - **Os Deputados Regionais**

### Centro de Saúde “em falta” na Graciosa

O PSD/Açores interrogou hoje o governo regional sobre as razões que levaram à revogação dos extractos da portaria que destinava um valor de 600 mil euros para o início da construção do novo centro de saúde de Santa Cruz da Graciosa.

A questão, que já motivou uma posição política das hostes social-democratas



da ilha branca, consta de um requerimento enviado pelo deputado Luis Henrique Silva à assembleia legislativa

Segundo refere o parlamentar, as verbas em causa constam de “dois extractos da portaria 637/2005, agora revogados, e que transferiam, respectivamente, 250 e 350 mil euros para o início do processo de construção da nova estrutura”.

### Instalações do Centro de Saúde da Graciosa “estão com falta de espaço para os vários serviços”

Luis Henrique Silva confirma que as actuais instalações do Centro de Saúde “estão com falta de espaço para os vários serviços” e quer saber se o governo regional mantém ou não a promessa de construção do novo centro de saúde.

O deputado do PSD recorda ainda que o projecto em causa se trata de “uma obra fundamental para melhorar o nível de cuidados de saúde a prestar aos graciosenses”, sendo “uma promessa do governo regional e do PS com quase 4 anos”.

Assim, dirigiu ao Governo Regional o seguinte

### Requerimento

#### Suspensão de Verbas para o Processo de Construção do Novo Centro de Saúde de Santa Cruz da Graciosa

Considerando que o projecto do Novo Centro de Saúde foi uma promessa do Governo Regional e do Partido Socialista há quase 4 anos.

Considerando que o novo Centro de saúde é uma obra fundamental para melhorar o nível de cuidados de saúde a prestar aos Graciosenses.

Considerando que as actuais instalações do Centro de Saúde estão com falta de espaço para os vários serviços.

Considerando ainda que a Portaria 401/2008, de 4 de Julho, revoga o Extracto de Portaria 637/2005, de 2 de Novembro, com um valor para o novo Centro de Saúde de 250.000€ e o Extracto de Portaria 581/2006, de 8 de Agosto, no valor de 350.000€.

Ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Deputado subscritor deste Requerimento, requer a V.Ex<sup>a</sup> que seja solicitada informação ao Governo Regional sobre as seguintes questões:

1. Quais as razões que levaram à revogação dos Extractos de Portaria acima referidos, no valor total de 600.000€, destinados ao início do Processo de Construção do Novo Centro de Saúde de Santa Cruz da Graciosa?

2. Mantém ou não, o Governo Regional, a promessa de construção do Novo Centro de Saúde?

3. Em caso afirmativo, para quando pretende o Governo Regional dar início à sua construção?

- Luis Henrique Silva







## ABRANTES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Abrantes, para reunir em sessão plenária, no dia **27 de Julho de 2008**, (Domingo) pelas **21h00**, na sede, sita na Rua de São Pedro, n.º 12-1.º, Abrantes, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Apresentação da actividade da Comissão Política Concelhia – 2.º trimestre de 2008;
2. Análise da situação política.

## GOLEGÃ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção da Golegã do PSD, para reunir no próximo dia **6 de Setembro de 2008**, (sábado) pelas **19h30**, na Azinhaga, Rua da Praça, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: - Eleição dos Órgãos Políticos de Secção; Mesa da Assembleia e Comissão Política de Secção.

Nota: As listas de candidatos deverão ser apresentadas até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na sede da Secção ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o substitua.

As urnas estarão abertas das 19h30 às 22h30.

## MURTOSA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Gondomar, para reunir em sessão plenária, no dia **25 de Julho de 2008**, (Sexta-feira) pelas **21h00**, na sala de Espectáculos da Casa dos Escuteiros, na Murtosa, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

3. Análise da situação político - partidária;
4. Assuntos de interesse para o Partido.



## CONSELHO DISTRITAL DE LISBOA AM

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e do Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais e Locais da JSD, no seguimento de deliberação aprovada

em Conselho Distrital de 10 de Julho de 2008, onvoca-se o Plenário das Secções da Distrital da Área Metropolitana de Lisboa, para o dia **5 de Setembro de 2008**, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único - Eleição dos Delegados Residenciais de Secção para o Conselho Distrital da Área Metropolitana de Lisboa da JSD para o mandato a iniciar a 15 de Setembro de 2008.

Notas:

a) As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia respectiva, ou à designada em sua substituição, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, respeitando as normas dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamento Eleitoral da JSD e nos mesmos locais onde o respectivo Plenário está previsto decorrer.

b) As Assembleias reunirão nos locais e nas horas abaixo discriminadas.

Secção A  
das **19h às 23h**, na Rua República da Bolívia, n.º 53, 1.º Dto., Lisboa.

Secção B  
das **18h às 23h**, na Praça do Campo Pequeno, n.º 16 - 3.º, Lisboa.

Secção D  
das **20h às 23h**, na Rua Luciano Cordeiro, 116 - 2.º Esq., Lisboa.

Secção E  
das **21h às 23h**, na Rua Forno do Tijolo, 71 - 3.º, Lisboa.

Secção F  
das **21h às 23h**, na Rua Aliança Operária, n.º 66 A, Lisboa

Secção G  
das **21h às 23h**, na Rua do Lumiar, n.º 65 A, Lisboa

Secção H  
das **18h às 23h**, na Rua Manuel dos Santos 21 A, Lisboa.

Secção I  
Das **20h às 23h**, na Rua da Assunção n.º. 42 - 2.º andar, sala 8/9, 1100 Lisboa

Secção Algés/Carnaxide  
das **17h às 23h**, na Av. Carolina Michaelis, lote 37 Loja, em Linda-a-Velha

Secção Algueirão-Mem Martins  
das **21h às 23h**, na Rua do Moinho, n.º 22 B, Algueirão

Secção Amadora  
das **20h às 23h**, na Rua da Junqueira n.º 209, Lisboa

Secção Azambuja  
das **21h às 23h**, na Rua da Junqueira n.º 209, Lisboa

Secção Agualva-Cacém  
das **21h às 23h**, na Av. dos Bons

Amigos, n.º 37, 1.º C, Cacem

Secção Cascais  
das **20h às 23h**, no Largo da Estação, n.º 4, 1.º, Cascais

Secção Loures  
das **15h às 16h**, na Largo Tristão Vaz Teixeira, n.º 5 C, St.º António dos Cavaleiros

Secção Mafra  
das **21h às 23h**, no Terreiro D. João V, n.º 62, 1.º, Mafra

Secção Moscavide  
das **18h às 23h**, na Rua Maria do Rosário Patacão, n.4R/c.Dto., Moscavide

Secção Odivelas  
das **18h às 23h**, na Rua Alfredo Roque Gameiro n.º 11 C/v Dta. Odivelas

Secção Oeiras  
das **21h às 23h**, na Largo Avião Lusitânia, n.º 15, Oeiras

Secção Oriental  
das **18h às 23h**, na Rua Manuel dos Santos 21 A Lisboa

Secção Pêro Pinheiro  
das **17h às 20h**, na Rua da Junqueira n.º 209, Lisboa

Secção Queluz  
das **21h às 23h**, na Rua D. Pedro IV, n.º 17, Queluz

Secção Rio de Mouro  
das **22h às 23h**, na Rua das Malvas, Lote C, 12 - Loja Sup. Esq., Rio de Mouro

Secção Sintra  
das **21h às 23h**, na Rua da Junqueira n.º 209, Lisboa

Secção Vila Franca de Xira  
das **21h às 23h**, na Rua da Praia, n.º 63, Vila Franca de Xira

O Presidente da Mesa da Assembleia Distrital (Luís Newton)

## CONSELHO DISTRITAL ELEITORAL DE LISBOA AM

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e Regulamento Eleitoral da JSD, convoco Conselho Distrital Eleitoral da área Metropolitana de Lisboa da JSD, para o dia **15 de Setembro de 2008**, pelas 19h, no Auditório da Sede Nacional do PSD, Rua de São Caetano, n.º 9, Lisboa com a seguinte:

- Ordem de Trabalhos
1. Apresentação de Moções;
  2. Debate;
  3. Eleição da Mesa do Conselho Distrital e Eleição da Comissão Política Distrital.

Nota:

a) As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia Distrital de Lisboa da JSD, até às 24

horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, respeitando as normas dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamento Eleitoral da JSD, na Sede Distrital da JSD de Lisboa, sito na Rua da Junqueira n.º 209, Lisboa.

b) O programa dos trabalhos é o seguinte:

19h Credenciação; 20h Apresentação de Moções e Debate e início da votação.

c) As urnas estarão abertas das 20h às 23h.

O Presidente da Mesa da Assembleia Distrital (Luís Newton)

## RIO DE MOURO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos Regulamentos aplicáveis, convoca-se o plenário dia **16 de Agosto de 2008**, pelas 21h00, na sede da Secção, sita na Rua das Malvas, lote C, 12 – Loja Sup Esq. 2735-108 – Rio de Mouro, com a seguinte ordem de trabalhos

1. Eleição da Comissão Política da Secção;
2. Eleição da Mesa do Plenário da Secção.

Notas: As listas devem ser entregues, em duplicado, com os termos de aceitação e subscrição, ao Presidente de Mesa, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral na sede da Secção. As urnas estarão abertas por um período de 1 hora.

O Presidente da Mesa do Plenário da Secção de Rio de Mouro Ricardo Henriqueta

## SETÚBAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário da Secção de Setúbal para reunir no dia **25 de Julho de 2008**, pelas 21h00 em Sede do PSD – Rua Rodrigues de Freitas, n.º 23 – 1.º Esq., com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Informações;
  2. Análise da situação política;
  3. Temática: Questões Ambientais – Um tema polivalente.
- O Presidente de Mesa André Soares

## VILA DE REI

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco o **Plenário Eleitoral da Secção de Vila de Rei da JSD**, a realizar no próximo dia 16 de Agosto de 2008 (sábado), com início às 18h00 e encerramento às 20h00, na Sede Concelhia de Vila de Rei – Rua Dr. Eduardo de Castro, lote 4, com a seguinte

- Ordem de Trabalhos
- Eleição da Comissão Política de Secção;
  - Eleição da Mesa de Plenário de Secção.

Nota: A entrega de listas deverá ocorrer na referida morada ao órgão competente até às 24h00 do terceiro dia anterior ao começo dos trabalhos.

A Presidente do Conselho Distrital Elsa Marmelo